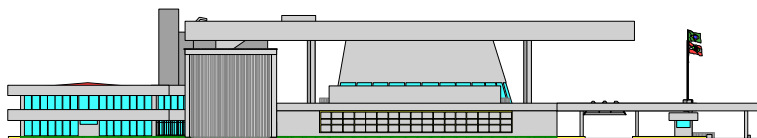


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.225

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Antônio Carlos Vieira - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Antônio Carlos Vieira
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Flavio Ragagnin - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Altair Guidi
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Antônio Carlos Vieira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Altair Guidi
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Antônio Carlos Vieira
Edison Andrino
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas


**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Flávio Ragagnin
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Flávio Ragagnin
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Flávio Ragagnin
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2225 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 032ª Sessão Especial realizada em 09/11/20102 Ata da 098ª Sessão Ordinária realizada em 10/11/20106 Ata da 032ª Sessão Extraordinária realizada em 10/11/201019</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....21 Avisos de Licitação.....21 Extratos21 Ofício.....25 Portarias25 Projetos de Lei.....26</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 032ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - ABRASEL - PELA PASSAGEM DOS SEUS 24 ANOS DE CRIAÇÃO NO PAÍS E 15 ANOS DE INSTALAÇÃO EM SANTA CATARINA

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JORGINHO MELLO

SUMÁRIO

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Enfatiza a importância da Abrasel no cenário turístico do estado.

CÉLIO PHILIPPI SALLES - Revela que a Abrasel é considerada um dos maiores potenciais na geração de trabalho para pessoas sem qualquer qualificação.

FÁBIO DE PAULA QUEIROZ - Ressalta que além de oportunizar emprego a jovens e adultos sem qualificação, a entidade contribui para importantes avanços do segmento alimentício regional e nacional.

LUCIANO FERREIRA BARTOLOMEU - Parabeniza e agradece à Abrasel a oportunidade de crescimento e desenvolvimento com qualidade do setor alimentício catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhor Valdir Rubens Walendowsky, secretário de Turismo, Cultura e Esporte do estado de Santa Catarina;

Senhor Célio Philippi Salles, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes;

Senhor Fábio de Paula Queiroz, presidente do Conselho de Administração da Associação de Bares e Restaurantes do Estado de Santa Catarina - Abrasel;

Senhor Tarcísio Schmitt, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Similares de Florianópolis;

Senhor Januário Serpa Filho, coordenador do Sebrae da Grande Florianópolis.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, com aprovação unânime dos parlamentares desta

Casa, numa justa homenagem à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Santa Catarina, pela passagem dos seus 15 anos.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional, pela Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro subtenente Carlos Henrique Costa.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Na sequência teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do jornalista Manoel Timóteo de Oliveira, diretor da Associação Catarinense de Imprensa, que neste ato representa também o presidente Ademir Arnon.

Quero cumprimentar todos os dirigentes, o Conselho de Administração da

Abrasel de Santa Catarina, o seu presidente, os seus ex-presidentes, que fazem parte do Conselho Consultivo: Ezio Librizzi, Célio Philippi Salles e Luciano Ferreira Bartolomeu.

Nós sabemos que a gastronomia, em qualquer lugar do mundo, precisa ser marcante para que aquela região possa destacar-se, não é, Fábio? Nós sabemos também, secretário Valdir, que 2,4% do PIB brasileiro é formado pelo consumo de alimentos fora do lar.

Então, quero dizer que a Abrasel - e não só pelos seus 15 anos de existência - tem contribuído para melhorar a qualidade da gastronomia catarinense capacitando e treinando a mão-de-obra. Há um ditado que diz que beleza não põe mesa, ou seja, pode ser bonito, mas precisa ser bem feito e de forma muito saudável.

Esta Casa aprovou por unanimidade a realização desta sessão especial para homenagear a Abrasel e isso foi feito com muita sinceridade, em função dos relevantes serviços prestados ao estado. E isso não decorre da sua existência já de 15 anos, porque há muitas entidades que apesar dos anos não se destacam, mas a Abrasel tem-se destacado por qualificar a mão-de-obra, tornando Santa Catarina um estado ainda mais especial, onde tudo funciona bem.

Portanto, Fábio, receba os meus cumprimentos mais uma vez, em nome de todos os deputados, por esse grande serviço que a Abrasel presta a Santa Catarina.

Agora convido o sr. Célio Philippi Salles, presidente do Conselho de Administração Nacional da Abrasel, para fazer uso da palavra.

O SR. CÉLIO PHILIPPI SALLES - Eu agradeço às autoridades e aos amigos presentes e começo esclarecendo que estou aqui na condição de presidente do Conselho de Administração Nacional da Abrasel, função que venho ocupando nos últimos três anos. No entanto, o meu sentimento é de amigo, empresário e colega fundador dessa entidade.

Sou empresário em Florianópolis, nobre deputado. V.Exa. já deve ter passado no centro da cidade e tomado um cafezinho no Bob's, um lugar que existe há 18 anos. E isso é interessante porque a minha história empresarial pessoal ocorreu em tempos muito parecidos com o desenvolvimento da Abrasel.

A cidade e o estado mudaram muito nos últimos 15 anos. A medida que nos habituamos às novas realidades, esquecemos disso. Somente quando vemos fotografias é que lembramos um pouco como éramos antes. Felizmente, pelas fotos que estão no nosso informativo que está circulando aqui, a maior parte das pessoas não mudou muito fisicamente, mas a cidade, o estado e a sociedade mudaram muito. Esse é o maior desafio que encontra a atividade de bares e restaurantes hoje.

Esse setor é um setor extremamente relevante. As estatísticas já foram mostradas, mas ressalto apenas uma: sem dúvida alguma, a atividade de bares e restaurantes é a que mais propicia o primeiro emprego e dá oportunidade de trabalho para pessoas sem experiência, sem distinção de cor, credo, raça, ou qualquer tipo de preconceito. Essa atividade inclusive admite profissionais mesmo sem escolaridade, dando oportunidade, então, a eles de trabalho e, posteriormente, de iniciar seus estudos. Essa é uma realidade clara! E não é só isso, o setor propicia a ascensão social em larga escala como nenhum outro.

É muito comum encontrarmos pessoas, amigos empresários, que começaram debaixo, como ajudante de cozinha, no serviço

de limpeza, ajudante de garçom, e depois progrediram no negócio, fizeram carreira, alcançaram postos mais elevados. Com frequência essas pessoas, dentro do setor de alimentação, conseguem ser empreendedoras e possuir o seu próprio negócio. Aqui, nesta sala, temos um exemplo indireto, através da pessoa do Silvio Bortolotti, cujo pai veio de Blumenau para trabalhar no restaurante Lindacap, foi garçom nesse restaurante durante 46 anos e depois progrediu, virou proprietário e agora está sucedendo o comando dos negócios para o filho. Esse é um exemplo claro de que a ascensão social é uma característica nossa relevante e que deve ser considerada quando se pensa no futuro do setor, no ambiente regulatório e tudo o mais.

O setor é um setor, como se acredita serem todos os setores, de muito trabalho, de muito esforço que sobrevive através de dedicação e superando desafios.

A Abrasel, quando criada há 15 anos, foi fruto de uma discussão entre algumas pessoas que percebiam uma necessidade muito grande de mudanças em todos os sentidos. Os restaurantes, isso era evidente, precisavam ser melhores em todo o estado, para que pudéssemos receber mais turistas e atender melhor aos restaurantes. E eu cito uma pesquisa que eu fiz quando estudante de Administração, 18 anos atrás. Eu estudava na Esag e foi-me pedido que fizesse uma pesquisa, e essa pesquisa indicou, na época, que em Florianópolis somente cinco restaurantes possuíam ar condicionado. Esse é um indicador de como mudou fisicamente o cardápio, mudou o serviço, mudou a estrutura.

A Abrasel, então, quando foi criada há 15 anos foi fortemente incentivada e liderada por Luciano Bartolomeu, que também está entre os homenageados, e tinha uma ideia muito clara do que pretendia: ela queria transformar, por um lado, a própria atividade empresarial e, por outro lado, tinha o objetivo de ser uma entidade visando profissionalização da atividade. Um desafio muito grande, porque naquela época as atividades surgiam de forma espontânea, de origem familiar, como ainda acontece no interior.

As pessoas não montam bares e restaurantes pensando num negócio estruturado, com planos, estudos, mas instintivamente, por uma oportunidade, por uma habilidade de cozinhar, por uma localização disponível, por uma necessidade de trabalho. E muitos desses que começam instintivamente acabam se tornando empresários importantes, os quais precisam do apoio de uma entidade para que se desenvolvam e até mesmo para serem alertados nos pontos em que estão carentes, dando oportunidade a eles para que se desenvolvam.

Então, a profissionalização da atividade é um aspecto que a Abrasel assumiu como um desafio primordial. E, de outro lado, a entidade também se propôs de forma não corporativista, ou seja, não para defender *status quo* ou defender privilégios, mas para defender um ambiente de negócios mais favorável, que permitisse às empresas que se desenvolvessem, crescessem, criando condições regulatórias de legislação municipal, estadual, federal, das mais várias ordens, para que essa atividade fosse saudável e contribuísse, então, em última instância, tanto através da profissionalização quanto de um ambiente mais favorável, para prestar melhores serviços à população brasileira e aos turistas que comparecem.

Esse desafio é grandioso, mas posso dizer-lhes, com orgulho, que ao longo desses 15 anos nós realizamos muito. A Abrasel, em

Santa Catarina, é um exemplo de entidade que realiza, que entrega o que promete, uma entidade que se faz através da união e da confiança entre empresários que num primeiro momento pareciam concorrentes.

Eu me lembro que nas primeiras reuniões, e isso ocorre ainda, em que a Abrasel surgiu em Florianópolis, à medida que foi criando novos polos no interior, os donos das pizzarias sentavam em mesas diferentes, porque tinham receio de que, se sentassem juntos (o Alexandre está-me olhando para ver se lembra dessa história), um pudesse descobrir o segredo do outro. Mas perceberam rapidamente que isso não era verdade, porque os problemas em comum são relevantes e em muito mais quantidade do que os segredos que possam existir.

Então, isso começou a gerar uma situação em que hoje os donos das pizzarias gostam de compartilhar a mesma mesa, assim como os donos de estabelecimentos, de lanchonetes, de bares; eles compartilham o ambiente, trocam informações e juntos constroem um futuro melhor.

Concluindo, quero retratar a vocês o enorme orgulho que eu tenho em ver aqui colegas que estão empenhados nesse desenvolvimento. As pessoas que estão nesta Casa são apenas um retrato de um ambiente de pessoas dedicadas, que trabalham de segunda a domingo, que trabalham de manhã, muitas vezes servindo café da manhã, almoço à tarde e à noite, jornadas longas, de muito esforço, mas que ajudam a construir um país melhor.

Com esse orgulho eu lhes digo que a Abrasel tem feito muito e agradeço a todos pelo apoio que vêm dando ao nosso projeto.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido a mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados pelo Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense presta homenagem à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, secção Santa Catarina, na passagem dos seus 15 anos de contribuição para a profissionalização e a qualidade das empresas do segmento e para o fortalecimento do turismo gastronômico no estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer entrega da homenagem ao sr. Fábio de Paula Queiroz, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, secção Santa Catarina, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo homenageia personalidades, entidades e presidentes que contribuíram para o crescimento e fortalecimento da associação em Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para dar continuidade às homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Luciano Ferreira Bartolomeu, presidente de 1995 a 2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Célio Philippi Salles, presidente de 2002 a 2006.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luciano Ferreira Bartolomeu, presidente de 1995 a 2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Célio Philippi Salles, presidente de 2002 a 2006.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do sr. Ézio Librizzi, presidente de 2006 a 2010, a sra. Clotildes Fernandes Campregher.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Osnildo Cosme, neste ato representando Baía Norte Food Service.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Regina Celi Sabbi Essenburg, neste ato representando a Essen Vinhos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Vera Lúcia de Oliveira, neste ato representando o Restaurante Oliveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Silvio Bortolotti, neste ato representando o Restaurante Lindacap.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Roberto Barreiros, neste ato representando o Box 32.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Eduarda D'Acampora, neste ato representando seu pai, chefe na gastronomia catarinense, sr. Zeca D'Acampora, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Sônia Jendiroba, *chef* na gastronomia catarinense, e sua neta Laura.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Silvio Bortolotti.

O SR. SILVIO BORTOLOTTI - Boa-noite a todos! Quero agradecer em meu nome e em nome de todos os homenageados aqui

presentes e aproveitar também a oportunidade para dizer do orgulho que tenho de fazer parte da Abrasel desde o seu início até os dias atuais.

A Abrasel, em seus 15 anos, tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do nosso setor. A gastronomia fora do lar tem se qualificado cada vez mais, os empresários do setor têm se unido em prol do crescimento da nossa categoria, e isso tem influenciado bastante no aprimoramento dos nossos serviços. A Abrasel sempre foi muito atuante em defesa da nossa categoria, o que nos dá forças para continuarmos a crescer.

Por todo esse empenho, quero agradecer ao Conselho de Administração e a todos que fazem parte da Abrasel.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero fazer o registro da ausência do deputado Gilmar Knaesel, que precisou viajar, mas que se pudesse teria muito gosto de estar aqui nesta sessão para cumprimentar todos os empresários da Abrasel.

Convido agora para fazer uso da palavra o sr. Valdir Walendowsky, secretário do Turismo, Cultura e Esporte.

O SR. VALDIR WALENDOWSKY - Prezado deputado Jorginho Mello, hoje presidindo esta sessão especial, sr. Fábio Queiroz, presidente da Abrasel de Santa Catarina, em nome dessas duas personalidades eu agradeço a presença e saúdo todos.

É um momento muito significativo para o estado de Santa Catarina participar de uma reunião com todas essas homenagens. E eu também me sinto muito confortável porque naqueles idos, quando a Abrasel foi fundada, estava lá o Luciano, o Célio, o Ézio, e eu era diretor de marketing da Santur, na primeira gestão no governo do estado.

Eu acompanhei, desde o início, todo esse processo de crescimento e de planejamento da Abrasel do estado de Santa Catarina. Então, é muito importante, num momento como este, estar presente e poder relembrar de como começou todo esse processo e de como nos inserimos também nesse contexto, ajudando no que foi possível, sempre através da Santur e agora pela secretaria, para poder tocar em conjunto esse que é um segmento da atividade turística de fundamental importância não somente para o turismo do Brasil como também para o turismo de Santa Catarina.

Mas não posso deixar de dizer do empenho do ex-secretário Gilmar Knaesel, hoje deputado desta Casa, quando foi secretário de Turismo, Cultura e Esporte, que participou de toda uma aproximação e de todo o empenho na condução de todos os projetos que a Abrasel tocou desde o ano 2003.

Quero dizer também, vou ser muito rápido, até porque o deputado Jorginho Mello me concedeu este espaço que não estava na agenda, que todo o empenho que está sendo feito pelo governo do estado, através das suas políticas de turismo e da sua promoção, que a gastronomia nunca esteve separada desse processo. E até, em conversa, recentemente, com o Fábio, se pudermos, a partir do próximo ano, pulverizar essa questão em todo o estado de Santa Catarina, será muito importante. Nós temos certeza de que nós precisamos, como estado, cada vez mais ter uma Abrasel mais presente em todas as regiões turísticas, porque

isso faz parte do nosso plano de ação, através da política de turismo. E o nosso plano catarinense de *marketing* do turismo, até o ano 2020, aponta nas suas pesquisas a questão da gastronomia como fundamental no processo do desenvolvimento turístico do estado de Santa Catarina.

Ainda hoje, pela manhã, num evento da ABIH, realizado no Hotel Intercity, falamos sobre todo esse processo de desenvolvimento da atividade turística no estado, pois o setor turístico participa com 12% na formação do PIB do estado de Santa Catarina, percentual muito significativo.

Os números da gastronomia no Brasil são fundamentais também dentro do conjunto do PIB. Portanto, não podemos, em momento algum, deixar de estar em contato com o setor gastronômico catarinense, até porque, dentro desse fantástico mosaico que o nosso estado tem em termos de belezas naturais, de manifestações culturais, em função das suas 23 etnias colonizadoras, a gastronomia é ponto de destaque nas nossas dez regiões turísticas, em função da sua diversidade.

Assim, temos que cada vez mais organizar o setor, ressaltar a sua importância, porque o turista, percorrendo as dez regiões, não em um momento apenas, mas em várias visitas, voltará a Santa Catarina muito em função da gastronomia. Então, para a atividade turística, a gastronomia é fator relevante.

Por isso, nós nos empenhamos muito para trazer a Santa Catarina operadores de turismo, agentes de viagem, não apenas do Brasil, mas do exterior, e jornalistas especializados, brasileiros e estrangeiros - e nessa atividade a Abrasel e seus sócios foram parceiros do governo estadual -, a fim de podermos mostrar a qualidade e a variedade da gastronomia catarinense.

Temos projetos e planos já definidos, e um dos que posso citar é, dentro do Microbacias 3, o SC Rural, um projeto de US\$ 186 milhões, totalmente financiado pelo governo de Santa Catarina, sem nenhum recurso do governo federal, através do qual vamos poder melhorar ainda mais a qualidade da gastronomia do estado, certificando os produtos feitos no campo, que vão contribuir para que os equipamentos - bares, lanchonetes, restaurantes - qualifiquem-se também, equiparando-nos aos grandes destinos turísticos do mundo. Todos podem ter certeza de que, dentro de seis anos, vamos mudar a cara de Santa Catarina também através dos seus produtos comestíveis, que serão referência na gastronomia.

O nosso plano de *marketing*, em função das pesquisas que temos, aponta a gastronomia como um segmento fundamental para que possamos fazer com que o nosso estado seja cada vez mais o melhor destino turístico deste país.

Muito obrigado! Meus parabéns! O estado continua à disposição para ser parceiro nessa atividade fundamental para a economia catarinense.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Neste momento, fará uso da palavra, em nome de todos os homenageados, o sr. Luciano Ferreira Bartolomeu.

O SR. LUCIANO FERREIRA BARTOLOMEU - Boa-noite a todos!

Ser homenageado e falar pelos homenageados é uma honra muito grande, até em função da data de hoje, 9 de

novembro, dia em que meu pai, o saudoso jornalista Lázaro Bartolomeu, se vivo estivesse, estaria completando 86 anos.

Esta é uma homenagem maravilhosa que o deputado Jorginho Mello, em nome da Assembleia Legislativa, presta a um setor que hoje emprega seis milhões de pessoas. Pessoas simples, que às vezes não conseguem emprego em outro setor, praticamente sem currículo algum, sabendo sorrir, podem adentrar a um salão e atender aos clientes. Se já trabalharam ajudando a mãe na cozinha, nós já damos uma oportunidade para trabalhar na nossa cozinha.

Então, a gastronomia é um setor que dá bastante chance, através, por exemplo, da Sônia Jendiroba, do Beto do Box-32, e poderia citar inúmeros empresários da área que já deram oportunidade de trabalho a muitas pessoas. Mas gostaria de citar uma pessoa simples que, no início da Abrasel, perguntou: "eu posso me filiar à Abrasel?" Eu perguntei o que ela tinha. Ela respondeu: "Eu tenho um 'negocinho' lá na beira-mar. Eu vendo crepe com o meu marido." Então indaguei se ela tinha CNPJ. E ela me respondeu que não. Disse a ela para ir ao Sebrae e fazer o seu CNPJ. Essa pessoa é a Clotilde, que recebeu a homenagem do Librizzi. Ela foi atrás do CNPJ, participou da primeira Fenaostra e hoje é uma empresária.

Então esse é o nosso setor que dá oportunidade às pessoas que querem trabalhar. Também cito o exemplo do nosso presidente, de quem tenho muito orgulho. Ele foi meu sucessor na Presidência estadual da Abrasel, da qual fui o seu primeiro presidente. Esse momento para mim foi muito marcante, mas desafio maior era escolher o sucessor, fazer com que ele aceitasse ser presidente em 2002. E foi muito bom, porque hoje ele é o presidente do Conselho Nacional de Administração da Abrasel, um grande empresário podendo contribuir.

Eu vejo então que somos pessoas simples, muito simples, e atendemos a milhares de pessoas com um sorriso na orelha. São milhares de pessoas que se revezam no final de semana. Eu sei que muita gente gostaria de estar aqui hoje, mas está trabalhando, atendendo aos clientes. Por isso, todas as pessoas que estão aqui hoje deveriam ser homenageadas. E não refiro-me somente aos donos de restaurante, mas a pessoas como o Roger Bittencourt, que está aqui, e que foi o primeiro assessor de imprensa da Abrasel, ao contador Valter, que também está aqui, que faz a contabilidade, que faz com que os restaurantes não errem no controle das suas contas e a serem realmente uma empresa de verdade. Há cinco anos foi maravilhosa a homenagem dos dez anos da Abrasel, com aquela pessoa tão importante não só para Santa Catarina, mas para o Brasil e para o mundo inteiro, que era o nosso Zeca D'Acâmpora, assim como a Maria Eduarda, que também foi homenageada.

O que é a Abrasel? A Abrasel para mim é uma família, é estender a mão, é ter amor ao próximo, é darmos um abraço, é não chamar o outro de concorrente. O Valdir falou muito bem quando disse que no turismo a nossa gastronomia é muito importante, porque se vamos a uma cidade e não comemos bem, vamos falar mal de todos os restaurantes. E a Abrasel não deixa isso acontecer, não! Chama todos os empresários e restaurantes e diz: vamos fazer legal, vamos fazer render para a gastronomia. Indo ao Box 32, ao Crepe Mania, no Meu Cantinho ou em qualquer lugar, em qualquer restaurante, a pessoa sairá sorridente e terá uma imagem maravilhosa da gastronomia de Santa Catarina.

E eu, como manezinho que sou, ganhei até aquela placa, posso dizer, do Aldirio Simões, o 'Trofêu Manezinho', pois sou manezinho, sim! Hoje estou morando em Curitiba para levar o que aprendi com vocês de Santa Catarina, com os meus irmãos, a maneira de ser simples e com tantos valores que estamos mostrando para o Brasil e ao mundo inteiro.

Agradeço a presença da minha mãe, Iracema, que está com 80 anos e veio assistir a essa homenagem; já me referi ao meu pai, à minha esposa, Joice, pois não é fácil ser esposa de presidente que trabalha em associação, aos meus filhos, que faltaram às aulas, Priscila e Vinicius. Temos que citar a família, sim, porque a Abrasel é isso, e enquanto assim for, enquanto tivermos amor ao próximo, a Abrasel irá crescer.

Eu tenho orgulho de ser catarinense, de ser de Florianópolis, de ter contribuído com a Abrasel do estado de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Fábio de Paula Queiroz, presidente da Abrasel de Santa Catarina.

O SR. FÁBIO DE PAULA QUEIROZ - Boa-noite! Quero agradecer a presença de todos. Infelizmente alguns não puderam estar presentes porque estão cuidando de seus estabelecimentos.

Quero agradecer à Assembleia Legislativa, especialmente ao deputado Jorginho Mello, à Clotilde, que trabalhou bastante e empenhou-se para que este evento ocorresse da melhor forma.

Realmente é um privilégio muito grande estar presidindo a Abrasel justamente no ano em que ela está fazendo 15 anos. Tantas pessoas trabalharam, dedicaram-se para fazer com que a Abrasel chegasse até aqui, e eu, neste momento, estou representando todos vocês porque realmente é um trabalho de 15 anos que temos que dar continuidade.

Quando paramos para pensar por que as pessoas comemoram datas como aniversário de um ano, cinco, dez, 15

anos e assim por diante, concluímos que é porque é justamente neste momento que conseguimos parar, pensar, mobilizar as outras pessoas para olhar para trás e refletir sobre tudo o que aconteceu, sobre o que foi feito, sobre o caminho que tomamos e aonde chegamos. E, realmente, se olharmos para trás, se pensarmos como era o setor de alimentação e compararmos com o que é hoje, veremos uma grande diferença, porque houve um crescimento muito grande, não só em número de pessoas trabalhando, mas na qualidade gastronômica, na qualidade dos serviços, na estrutura dos estabelecimentos. Como falou o Célio, há 15 anos havia apenas cinco restaurantes com ar condicionado, hoje há inúmeros.

Lembro-me que quando inaugurou o Beira-Mar Shopping, e à época eu era lojista, existiam duas máquinas de café expresso na cidade. Hoje perdemos a conta de quantas máquinas existem. Então, realmente, para esse crescimento, a Abrasel contribuiu muito, ela qualificou e qualifica através, por exemplo, do projeto Caminhos do Sabor, que aconteceu em Balneário Camboriú, em Florianópolis, lá em São Joaquim, na nossa serra. Realmente ela divulga e promove o setor e a criatividade com o Brasil Sabor. Em relação aos guias, ela divulga todos os setores em Santa Catarina. Em 11 anos já foram distribuídos gratuitamente mais um milhão de guias em Santa Catarina, que hoje é o melhor e mais completo guia gastronômico de Santa Catarina.

Temos, realmente, muito a comemorar!

Quero agradecer a todos os homenageados pelo que fizeram e ainda fazem pelo setor gastronômico em nosso estado, à Andréia, à Carla, que junto com todos os associados fazem da Abrasel uma associação forte, séria e comprometida.

(Palmas)

Em nome da Abrasel, quero agradecer a todos e mais uma vez à Assembleia Legislativa.

Boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no *hall* de entrada do Poder Legislativo.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do hino de Santa Catarina, com a honrosa participação da banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro Carlos Henrique da Costa.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Registra sua preocupação com a diminuição demográfica na região oeste.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda a concentração populacional nos grandes centros; comenta o baixo preço do filé de tilápia e a importação de panga.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao tratamento para dependentes químicos.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Comenta o grave problema das drogas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tece comentários acerca do tratamento de dependentes químicos; registra sua intenção de criar uma frente parlamentar para analisar o tratamento dos dependentes químicos.

DEPUTADO DADO CHEREIM (aparte) - Refere-se ao tratamento de dependentes químicos.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jovino Cardoso Neto.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Discorre sobre sua eleição a deputado federal.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Comunica a realização dos Jogos Abertos de 2012 em Caçador; expressa sua preocupação com a concentração de empresas no litoral do estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa o censo demográfico e o papel do poder público para evitar a litoralização.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Lembra as políticas públicas do governo Amin para evitar o êxodo rural.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comunica sua viagem a Portugal para participar do Sustentar; mostra sua perplexidade com as declarações do secretário da Segurança.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Manifesta incredulidade com a inépcia do governo para bloquear o uso de celulares nos presídios estaduais.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Discorre sobre a baixa capacidade de investimento do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a necessidade do engajamento do estado no combate e no tratamento à adicção.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Itapema.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Enumera as solicitações de Tijuca para aporte no Orçamento.

Ordem do Dia

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Solicita a votação do PL 0076/2010.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Parabeniza a comissão de Meio Ambiente e o deputado Onofre Santo Agostini pela agilidade na tramitação de matéria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Discute a Mensagem 1.674/2010, que dispõe sobre veto total ao PLC 0032/2010.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.699/2010, que dispõe sobre veto total ao PLC 0022/2010, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.699/2010, que dispõe sobre veto total ao PLC 0022/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Declara o em relação à Mensagem 1.699/2010, que dispõe sobre veto total ao PLC 0022/2010.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.715/2010, que dispõe sobre veto parcial ao PL 0008/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.715/2010, que dispõe sobre veto parcial ao PL 0008/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Retira o pedido de derrubada do veto ao PL 0008/2010.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.716/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0097/2010, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.716/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0097/2010.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Declara o voto em relação à Mensagem 1.719/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0144/2008, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.734/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0151/2010, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.736/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0207/2008, de autoria do deputado Gelson Merisio.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Discute o veto ao art. 21 do PL 0119/2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação ao veto ao art. 21 do PL 0119/2010.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao art. 25 "a", do PL 0119/2010.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem

1.749/2010, que dispõe sobre veto total ao PL 0028/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 1.762/2010, que dispõe sobre veto total ao PLC 0044/2009, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL, queremos fazer um comentário sobre uma questão, qual seja, a diminuição demográfica da nossa região.

Fizemos um pequeno estudo no que se refere à região oeste de Santa Catarina, mais especificamente ao alto Uruguai catarinense e à região próxima ao município de Chapecó, o maior do nosso oeste, e vimos que a situação é preocupante, que há de ser analisada com vagar não só por este deputado, como por muitos deputados e, principalmente, pela sociedade como um todo.

Preocupa-me muito que o oeste de Santa Catarina esteja vivendo um momento tão preocupante como esse no sentido de crescimento. E é importante que as pessoas permaneçam onde estão, uma vez que ouvimos o que se apregoa acerca da alta qualidade de vida em muitas regiões do oeste de Santa Catarina. Vemos governos que dizem da diminuição da distância com a criação das SDRs, mas olhem o apoio que lhes dá.

Enfim, eu considero que a proximidade do governo do estado com o cidadão é muito importante. Agora, eu vejo com preocupação - e repito aqui - o que está acontecendo, por exemplo, no alto Uruguai catarinense. Dos 16 municípios daquela região, 11 tiveram sua população diminuída. Quer dizer, o pessoal continua saindo das pequenas cidades, não existe freio e não vejo solução imediata. Por isso o meu pensamento de se fazer um estudo aprofundado sobre o assunto.

Mas quem cresceu mais? Chapecó cresceu 24%, Concórdia, que é um município próximo, cresceu 8,54%. Os outros municípios, na sua grande maioria, diminuíram a sua população.

Conversando com lideranças, procurando nos aprofundar sobre o assunto, ficamos sabendo que aquelas pessoas estão-se deslocando para outros lugares em busca de mais recursos, não recursos financeiros, e sim recursos no atendimento à saúde, à educação, à qualidade de vida.

Os municípios mais próximos da capital foram os que mais cresceram, e lá no interior o pessoal está preocupado com o que está acontecendo.

Conversando com um casal de idosos aposentados ficamos sabendo que eles iam morar em Chapecó porque lá há medicamentos, assistência melhor, mais recursos.

Ora, qual o objetivo de evitar o êxodo rural? Qual o objetivo de uma secretaria de Desenvolvimento Regional? Qual o objetivo de fazer com que se tenha mais qualidade de vida? É fazer com que as pessoas permaneçam nas suas regiões!

Isso me preocupa muito porque há pessoas que plantaram uma vida há 50 anos em Seara, por exemplo. Lá elas têm os compadres, as comadres, os amigos, a sua origem, a sua raiz, a essência da sua vida, a sua história, mas têm que abandonar, talvez, a sua casa para ir em busca de mais recursos.

Penso que as pessoas precisam fazer essa análise e não ir em busca de mais recursos. Não são as pessoas que têm que sair do seu *habitat*, da sua região, para procurar recursos. É o estado como um todo que tem que levar mais recursos ao interior, aos municípios pequenos. São as secretarias de Desenvolvimento Regional que têm que dar esse ambiente, essa segurança, esse sentido de uma vida melhor às pessoas nos municípios menores.

Daí vê-se Florianópolis e muitos municípios maiores com problemas de trânsito. Até aonde vamos com isso? Se as pessoas continuarem migrando para o litoral catarinense, para as cidades maiores, isso vai criar um problema social muito grande.

E digo mais: quem conhece a pequena propriedade rural lá do alto Uruguai catarinense - e nós a conhecemos bem, assim como o deputado Moacir Sopelsa -, sabe que é um local extremamente bom para se viver, com segurança, mais calma, mais tranqüilo, longe de todo esse agito. E assim foi formada a nossa população: pelos imigrantes italianos que vieram lá do Rio Grande do Sul, pelos alemães e poloneses. Enfim, é assim que se vive lá!

Então, eu acho de fundamental importância que se faça uma análise profunda sobre essa desproporção da densidade demográfica do oeste e dos municípios pequenos de Santa Catarina, com as pessoas vindo inchar as cidades do litoral catarinense.

As cidades do litoral, que são importantes e fazem parte da economia catarinense, estão inchando em detrimento de uma região lá do oeste, uma região produtora de carne, de suínos, de frangos, de leite. Enfim, as pessoas estão começando a sair daquela região.

Dessa forma, eu quero propor que, no ano que vem, coloque-se em pauta essa preocupação, principalmente porque tenho acompanhado a plataforma de governo do governador eleito Raimundo Colombo, que conheço há muitos e muitos anos e sei que é uma pessoa sensível. Seu discurso foi pautado nas pessoas. Ele falou muito no ser humano, dizendo que primeiro viriam as pessoas.

Então, é necessário que se veja isto: primeiro as pessoas, para que isso possa ser uma realidade. E também que se olhe muito para o nosso oeste catarinense, que se olhe para as pessoas, que se olhe para a economia, que se olhe muito o porquê e que se olhe, principalmente, o atendimento às pessoas.

Não é possível que um casal que tenha trabalhado durante toda uma vida precise

sair do seu *habitat* para ir trabalhar numa cidade maior porque lá há mais recursos - o seu remédio, o médico especialista, um lazer melhor. Eu acho que não podemos permitir que isso aconteça!

Então, cada vez mais vamos diminuir a população de uma região produtora, com as pessoas saindo de lá. Mesmo que essas pessoas não possam mais trabalhar, com a sua experiência, com a sua formação, com a sua raiz, com a sua força e com o seu trabalho podem ensinar principalmente aos jovens como é o princípio de vida, como é a formação de uma pessoa lá naquele meio.

Dessa forma, eu trago esse assunto para que se analise muito.

Na parte da manhã, eu acompanhei o debate do deputado Silvio Dreveck e do deputado Antônio Carlos Vieira sobre o Orçamento, e devo dizer que também vou trazer a minha contribuição. A sorte, deputado Silvio Dreveck, é que v.exa. é um estudioso no assunto e que o deputado Vieirão conhece a matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, o deputado Flavio Ragagnin trouxe presente aqui a sua preocupação, e eu, nessa mesma direção, quero dizer que ela condiz exatamente com os últimos dados que obtivemos pelo levantamento do IBGE.

As pequenas cidades, deputado Flavio Ragagnin, estão esvaziando. A população está diminuindo cada vez mais no pequeno município, inchando os grandes centros. Automaticamente, convivemos com uma situação muito adversa, porque com esse crescimento - e às vezes desordenado - da população dos grandes centros, nós nos confrontamos com uma série de problemas, de dificuldades em todos os sentidos. E isso vai dificultando cada vez mais a qualidade de vida das pessoas, seja na questão do emprego, da habitação, da educação, da saúde, do saneamento básico e por aí afora. Vai-se agravando cada vez mais a problemática nos grandes centros.

Então, é preciso, realmente, que haja essa premissa da valorização da pessoa. Colocá-la no centro do poder administrativo sem dúvida nenhuma é estratégico e importante. Portanto, estamos nessa expectativa de que realmente se possa colocar a pessoa no centro dessa caminhada.

É exatamente à luz disso que, nesta manhã, tive a oportunidade de estar presente na Conab, juntamente com a superintendência daquele órgão, discutindo um pouco sobre uma das dificuldades que encontramos na questão não só da produção, mas da comercialização do peixe que é desenvolvido e cultivado nas águas continentais, ou seja, no interior do nosso estado. Isso se dá exatamente nos pequenos municípios.

Nós, em diálogo com várias iniciativas familiares da nossa região do extremo oeste, do oeste e da região próxima ao litoral, encontramos dificuldades no que diz respeito ao preço que está sendo proposto para os nossos grupos familiares, no sentido da comercialização especificamente do filé de tilápia. Sabemos que o preço estabelecido pela Conab está aquém do custo de produção do quilo de filé de tilápia.

Portanto, estamos fazendo, na comissão de Aquicultura e Pesca desta Assembleia, neste momento, um levantamento junto a vários frigoríficos no interior do estado. Ao mesmo tempo, nós vamos pedir para o ministério de Aquicultura e Pesca que nos forneça algumas estatísticas, alguns dados mais reais e concretos sobre o custo de produção, e vamos encaminhar o expediente para a Epagri, para a secretaria da Agricultura.

Nós também queremos ouvir as pessoas diretamente ligadas à questão, ou seja, os pequenos frigoríficos familiares no interior do estado, no sentido de podermos em nível nacional estabelecer um valor para que se possa pelo menos fazer com que o produtor, o grupo familiar, no interior do estado, possa dar continuidade ao seu trabalho e gerar renda para permanecer na sua atividade.

Nós sabemos que hoje o preço médio do quilo do filé de tilápia, que é determinado pela Conab, está muito abaixo do custo de produção. Hoje, no contexto nacional, o preço ou o valor está R\$ 8,00, quando sabemos que, para deixar pronto o quilo do filé desse peixe, precisamos de R\$ 11,00. Portanto, o valor está muito distante, muito longe, não condiz com a realidade. Acho que essa preocupação se faz oportuna e necessária no sentido de podermos garantir a continuidade desta atividade no interior do estado de Santa Catarina.

Nós acompanhamos ao longo desses últimos meses também outra dificuldade que foi a questão da importação do filé do *pangasius*, vindo do Vietnã, que se resolveu graças a uma grande articulação feita no interior do estado. E a comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa teve um papel determinante na busca de alternativas para que se pudesse suspender a importação, porque estava colocando em risco e comprometendo uma atividade estratégica e importante para a sobrevivência de uma grande parcela de trabalhadores da roça, que vivem da piscicultura.

Assim, acho que o próprio ministro Altemir Gregolin teve um papel extremamente importante nessa questão, porque uma iniciativa sua fez com que a importação desse produto fosse suspensa até um momento oportuno, quando se analisarão as condições em que esse mesmo peixe estava vindo para este país.

Portanto, pareceu-me uma iniciativa extremamente oportuna, positiva e importante.

Neste sentido, nós estamos ouvindo e continuaremos a ouvir os produtores do Brasil e, especificamente, do estado de Santa Catarina, exatamente no sentido de darmos suporte para que possam dar continuidade a essa atividade tão importante que gera a renda e mantém o piscicultor no seu ramo, no interior do estado.

Nós, durante todo este ano e no ano que passou, desde o início da constituição desta comissão, tivemos um papel importante no sentido de fazer o debate, a discussão e fazer uma série de encaminhamentos importantes relacionados à questão da aquicultura e pesca. Espero que possamos avançar ainda mais em políticas, em debates, em programas e, quem sabe, intensificar ainda mais o trabalho daqui para frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero cumprimentar a deputada Ada De Luca, os srs. parlamentares, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

"Sra. deputada Ada De Luca, diversas vezes assomei a esta tribuna para falar sobre a questão da drogadição, trazendo uma preocupação que não é somente minha, mas, com certeza, também de v.exa. e principalmente de toda a população do estado de Santa Catarina.

E volto, hoje, a falar sobre esse assunto, que vem atormentando a sociedade, destruindo sonhos, alarmando a comunidade pelo estado de insegurança em que vivemos. A droga primeiramente acaba com a juventude, com o ser humano, depois destrói a família e já está contaminando, contagiando todos os catarinenses.

Todos os dias nos deparamos com reportagens tanto na televisão, quanto nas rádios e nos jornais. E, muitas vezes, pessoalmente, no meu dia-a-dia, encontro uma mãe desesperada, um pai desesperado, porque seu filho está no caminho das drogas, tanto pela dependência do crack, quanto de outras drogas, como a cocaína e também o álcool.

Eu tenho alertado para a necessidade de segurança, não somente para aumentar o efetivo do policiamento militar, mas também o civil, no sentido principalmente de tratar a drogadição. Nós temos necessidade de políticas públicas voltadas primeiramente para a prevenção e por último para o tratamento dos usuários de drogas. E um exemplo positivo é o Plano Integrado para Enfrentamento do Crack, lançado em maio deste ano pelo governo federal, do qual falarei adiante.

Eu quero dizer que, em junho do ano passado, o gabinete apresentou o Projeto de Lei n. 0191/2009, destinando 0,5% do Fundo Social para as ações de tratamento de dependentes químicos. O projeto está ainda tramitando nesta Casa e hoje sob a responsabilidade do deputado Elizeu Mattos para que dê o seu parecer.

Diante disso, acredito que o governador Leonel Pavan tenha apoiado minha iniciativa, pois recentemente deu entrada a um projeto de lei, batizado por ele de Lei Pavan, destinando 0,2% do Fundo Social para campanhas antidrogas, o que representa cerca de R\$ 800 mil por ano só para essa campanha.

Mas vamos apresentar uma emenda ao projeto do Executivo dizendo não ao percentual de 0,2% e sim ao percentual de 0,5%, pois os recursos serão não só para prevenção, mas também para o tratamento dos usuários e dependentes químicos.

O projeto de minha autoria dará uma maior contribuição, pois o percentual de 0,5% será mais representativo e de maior valia para o objetivo a que se destina. E será acatado, eu tenho certeza, pelos nossos deputados e deputadas. Como eu falei, deputada Ada De Luca, esse problema que não é de uma família, não é de um usuário, mas é um problema social e, inclusive, de responsabilidade deste Parlamento.

Há quem diga: 'Na minha família não existe esse problema'. Deputado Kennedy Nunes, há quem diga isso. Mas quem está livre disso?

Hoje nós verificamos nos presídios catarinenses que os presos, na maioria, são usuários de drogas e jovens de uma classe social menos abastada. Mas esses jovens saem de lá piores do que entraram, porque lá dentro não existem condições de fazer a desintoxicação, nem o tratamento para dependentes químicos.

Por isso, com o Plano Integrado para Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado pelo governo federal, fico muito satisfeita, porque vejo ações saindo do papel na data de hoje.

Já foram lançados editais para que as prefeituras de todo o Brasil possam se credenciar aos novos leitos para tratamento de usuários do crack e outras drogas, bem como para ampliação dos Centros de Atenção Psicossociais. O pacote do governo federal prevê a liberação de mais de R\$ 140 milhões provenientes do ministério da Saúde e da secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Assim, nós estamos alertando os prefeitos e as prefeitas dos 293 municípios do estado de Santa Catarina para fazer o credenciamento junto ao ministério da Saúde.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não.

A Sra. Deputada Ada De Luca - É com imenso prazer que ouço v.exa. e vejo novamente que nós, as mulheres, estamos discutindo esse assunto. Precisamos ajudar e pedir às outras deputadas que chegarão aqui e aos companheiros deputados que se empenhem também, porque todos têm família e, como v.exa. falou, não se trata só da nossa família, mas da família catarinense.

Antes, no interior, no município pequenininho, não havia esse problema, mas hoje já existe lá esse grave problema, que são as drogas. Então, eu acho que o problema está saindo até dos grandes centros do estado e indo para o interior.

Quanto a isso, precisam ser tomadas medidas urgentes. É importante que não só as mulheres falem e falem, mas que se consigam as coisas. Nós precisamos conseguir agir. E os 40 deputados têm que abraçar essa causa, porque senão para onde vai caminhar este país? Não depende só de nós, depende do empenho de todos.

Parabéns, deputada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Ada De Luca, pelo seu aparte.

Por isso a importância, srs. parlamentares, deste projeto de lei de nossa autoria, que ainda está com o deputado Elizeu Mattos, que não fez o seu relatório. E agora o Executivo, através do governador Leonel Pavan, mandou um projeto com o mesmo teor, mas com um percentual diferenciado. Nós vamos fazer uma emenda ao projeto para que os 0,2% possam ser então ampliados para 0,5%, e oportunizar não somente a prevenção, mas também o tratamento daquela menina, daquele menino que precisa de um local para a desintoxicação. Sr. deputado Elizeu Mattos, que bom que v.exa. chegou.

Nós não temos no estado de Santa Catarina ainda um local apropriado, destinado a esse tratamento, para que os dependentes possam ficar muito mais tempo. Não adianta também um dependente químico ficar apenas 45 dias numa comunidade terapêutica e depois voltar para o mesmo lugar que ele saiu, porque há aí uma recaída. E a recaída é muito

traumática, tanto para o usuário, quanto para a família e para a sociedade.

É um tema que estamos discutindo há muito tempo. Eu tenho certeza de que, somando o empenho de cada um de nós, poderemos ampliar esses recursos para que as comunidades terapêuticas possam receber apropriadamente os jovens para o tratamento da dependência química.

Assim, eu também alerto os prefeitos e as prefeitas dos municípios catarinenses para fazer, com o ministério da Saúde, o credenciamento, retirando as instruções para o número de leitos disponíveis ao município para o tratamento da dependência química. Serão, srs. deputados, 6.120 novos leitos, sendo 3.620 vagas em hospitais gerais e as outras 2.500 vagas em comunidades terapêuticas.

Esse é o projeto do governo federal, e com o incentivo do governo do estado de Santa Catarina nós poderemos extirpar de uma vez por todas esse problema que várias mães, vários pais e principalmente a sociedade têm enfrentado no seu dia a dia.

Eu não fico feliz quando um secretário de Segurança Pública diz que aumentou o número de presos no estado de Santa Catarina. Para mim é o retrato do quão está deficitário o estado. Nós precisamos, sim, trabalhar para que ninguém mais seja preso, para que as pessoas possam viver em paz e em comunidade. É necessário priorizar-se principalmente o usuário de drogas para que ele possa fazer a sua desintoxicação e o seu tratamento, porque acredito que v.exas., assim como eu, também não gostariam de estar enfrentando essa problemática que muitos pais e mães catarinenses vêm enfrentando com os filhos.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, o assunto que a deputada Ana Paula Lima nos traz é de extrema importância e merece alguns comentários.

Deputada, eu tive também a intenção de criar, a partir do Fundo Social, deputado Nilson Gonçalves, uma receita para esse tipo de problema, mas como sabemos, deputado Vieirão, nós, deputados, não podemos fazer nenhum tipo de lei que gere despesa. Isso se chama vício de origem.

Numa das viagens que fiz com o governador Leonel Pavan, nós conversamos muito sobre esse assunto, e eu tenho duas, deputado Genésio Goulart, linhas de atendimento para essa questão. Primeiramente, como disse a deputada Ana Paula Lima, nós não temos em Santa Catarina um atendimento público para o tratamento desses dependentes químicos, e eu defendo, deputado Silvio Dreveck, que nós possamos copiar o modelo do Rio de Janeiro, pois lá há clínicas públicas de reabilitação. Lá o governo do estado constrói a parte física e uma organização social toca o processo com convênio.

O governo federal fez aprovar uma lei e criou um programa para esse atendimento às pessoas, deputado Flavio Ragagnin, com problemas de dependência química, mas não foi preparada uma unidade de saúde para tratar desse assunto.

Para não correremos o risco de aprovar uma lei com vício de origem, deputado

Sargento Amauri Soares, fui conversar com o governador Leonel Pavan e conseguimos colocar a ideia na sua cabeça - por isso é que se chama Lei Pavan -, pois há a necessidade de criar para esse fundo uma rubrica específica. E, deputada Ana Paula Lima, o projeto de origem governamental que está aqui não é só para prevenção, os recursos vão para o fundo estadual, também vão para prevenção e tratamento. Serão feitos convênios com entidades que hoje trabalham com esse tipo de pessoas, como v.exa. falou, mas os 0,2%, como disse, não são só para prevenção, os recursos vão para o fundo e destinam-se também para a realização de convênios com entidades ou com centros terapêuticos que trabalham com esse tipo de atendimento.

Gosto muito quando a deputada Ana Paula Lima fala em aumentar de 0,2% para 0,5%, porque quanto mais dinheiro, melhor. Mas fui pelos 0,2% - e fui quem sugeriu ao governador Leonel Pavan esse percentual - porque quando se fala em 0,2%, pessoas como o deputado Vieirão, que conhecem bem isso, dizem que representam R\$ 800 mil por ano. Assim, falando em 0,2% não preocupa tanto quando se falasse em 0,5%, que dão um montante muito grande. Na verdade, a minha preocupação era criar uma rubrica específica dentro do fundo, para impedir que o dinheiro fosse para a vala comum da Saúde.

Deputado Dado Cherem, o bom dessa lei, a Lei Pavan, é que não vai depender do secretário da Saúde, quem quer que seja, ou do governador, quem quer que seja, para ser liberado ou não esse recurso. Ele irá, obrigatoriamente, para esse fundo, o qual poderá trabalhar com as comunidades terapêuticas.

Se v.exa. me permitir, deputada Ada De Luca, quero fazer um reparo a v.exa., aparteou ao a deputada Ana Paula Lima. V.Exa. disse que essa é uma bandeira das mulheres, mas não é. Eu tenho falado isso sistematicamente, o próprio deputado Sargento Amauri Soares também tem falado, e entendo que isso tem que ser uma bandeira de todos, como disse a deputada Ana Paula Lima aqui. De todos!

Se nós, até agora, não temos alguém na família, graças a Deus, devemos ter alguém bem próximo.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Kennedy Nunes, faço este aparte por entender a relevância do tema. Não vou me ater aos números, porque essa é uma questão de política de governo, mas o tema é de importância pelo fato de não existir hoje uma família, de qualquer grau social, que não tenha alguém com algum tipo de dependência química, seja através de uma droga lícita ou de uma droga ilícita. Não existe, hoje, qualquer família livre desse flagelo, dessa desgraça social e sanitária.

Com certeza, se foi falado que é um tema relevante às mulheres é porque a mãe é a primeira a sofrer; é a mulher que sofre primeiro por ter um filho ou um esposo envolvido com qualquer tipo de droga.

Mas eu quero parabenizar v.exa., a deputada Ana Paula Lima, o deputado Valdir Cocalchini, que veio a esta tribuna também, o deputado Sargento Amauri Soares, a deputada Ada De Luca, pois realmente é um tema relevante e tem que ser tratado com seriedade!

Posso ser cobrado porque muitas vezes a secretaria de estado da Saúde também

não tinha especialidade para tratar desse tema, pois foi uma coisa que começou a ser tratada com seriedade de dez anos para cá; nunca se diferenciou o uso do crack, da cocaína, da maconha, do álcool, da anfetamina ou do que quer que seja. A dependência química foi tratada como um todo e não especificamente.

Também havia, deputado Kennedy Nunes, muita picaretagem em cima disso, muita ONG ganhando dinheiro sem fazer o trabalho com as mínimas condições sanitárias de higiene ou até de profissionais para atender essa demanda. E eu quero dar um testemunho, deputado Kennedy Nunes, se v.exa. me permitir, pois estou ocupando o seu tempo, da importância das ONGs ligadas à crença religiosa na recuperação desses dependentes químicos. Ou você ajuda através do trabalho ou através da crença religiosa, pois são as que mais estão dando certo.

Por isso, deputado, esse assunto é muito importante. Não importa a lei em que fique, mas que venha para dar condições para essas entidades realmente tentarem recuperar algo muito difícil. Para se ter uma ideia, com relação ao crack, menos de 10% dos que estão nas instituições conseguem se livrar dessa dependência.

Mas parabéns pelo tema!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado, eu estou retornando porque v.exa. não me deve ter interpretado direito ou eu não me expliquei da melhor maneira. Eu sempre ouvi e vi v.exa. fazer o que está fazendo agora. Mas e os demais deputados? Há 40 deputados nesta Casa! E o que eu gostaria é que os 40 deputados realmente batessem nessa tecla, porque, infelizmente, só conseguimos as coisas quando estamos unidos batendo na mesma tecla.

Foi essa a minha intenção.

Parabéns a v.exa., porque sei que sempre foi um batalhador, bem como o deputado Dado Cherem, o deputado Sargento Amauri Soares, mas nós somos em 40 nesta Casa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero aproveitar, deputada Ada De Luca, para fazer um convite a v.exa. Eu estou colhendo assinaturas, no sentido de criarmos uma frente parlamentar antidrogas, para podermos, através dessa frente, promover, nesta Casa, debates e ações sobre esse assunto tão sério.

Deputado Sargento Amauri Soares, gostaria que v.exa. também participasse, para que possamos trazer a este plenário esse assunto que muitas vezes fica só no "me falaram".

Então, estou colhendo assinaturas para criarmos essa frente parlamentar, uma frente suprapartidária, dos 40 deputados desta Casa, para, como disse o deputado Dado Cherem, acabarmos com a picaretagem de algumas ONGs que existem, sim, como também, srs. deputados, para exigirmos qualidade dessas casas, desses centros de reabilitação e dessas comunidades terapêuticas. Agora, a mesma mão que exige tem que ajudar, porque se fomos verificar, temos três mil leitões em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, para receber jovens dependentes químicos, porque poucas pessoas oferecem algum tipo de auxílio.

E como eles trabalham, deputado Silvio Dreveck? Catando verduras dos verdureiros e resto de frutas em mercados e nas igrejas para tentar dar o que comer. Nós precisamos exigir que o atendimento nesses centros de reabilitação seja melhor, mas também temos que fazer com que eles sejam ajudados.

Assim, repito, peço a maior pressa nesse projeto de origem governamental, a fim de que no ano que vem já possamos ter esse recurso garantido no Orçamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até 19 minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do vereador Jovino Cardoso Neto, que é do DEM de Blumenau e que foi candidato a deputado federal, fazendo quase 80 mil votos. Ele foi candidato a deputado federal apoiado pela convenção das Assembleias de Deus, assim como eu e o deputado Ismael dos Santos, que fomos candidatos a deputado estadual.

Seja bem-vindo à Casa, nobre vereador Jovino Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Rogério Mendonça, v.exa. dividirá o tempo do PMDB com o deputado Valdir Cocalchini.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, utilizo o horário do partido para fazer um agradecimento pela minha eleição para deputado federal, que aconteceu no último dia 3 de outubro.

Eu já estou aqui, nesta Casa, por três mandatos como deputado estadual, deputado Flavio Ragagnin. Tive o privilégio de me eleger três vezes deputado estadual.

Na minha primeira eleição obtive o total de, aproximadamente, 25 mil votos; na segunda eleição obtive o total de, aproximadamente, 35 mil votos; e na última, 55 mil votos. Hoje, tenho o privilégio, deputado Sargento Amauri Soares, de, entre os 40 deputados desta Casa, ser o segundo mais votado.

Venho de uma cidade pequena, Ituporanga, com 14 mil votos, e a minha principal base eleitoral é especificamente o vale do Itajaí, a partir da cidade de Ituporanga, onde moro e tive o privilégio de ser prefeito.

Nesta última eleição, obtive o total de 110.170 votos e fui o segundo deputado federal mais votado entre os cinco que o PMDB elegeu. Fui o deputado federal mais votado em 39 municípios do estado de Santa Catarina, tendo sido votado também em 253 municípios de Santa Catarina.

Esse resultado da eleição realmente foi belíssimo e me deixou muito feliz. Por isso quero agradecer a todos que votaram em mim e a aqueles que permitiram que eu me elegeisse deputado federal.

Eu, muitas vezes, conversando com a minha família e com os meus irmãos, ficava comentando sobre isso, até porque a minha profissão de engenheiro agrônomo foi útil. Sempre estudei em escolas públicas, formando-me em Pelotas, no Rio Grande do Sul, na Faculdade de Agronomia Elizeu Maciel, mas foi através de meu pai, que era motorista de táxi no município de Porto Belo, que morreu inclusive em acidente de carro, através do seu trabalho, é que eu tive realmente a oportunidade de estudar e de galgar esses espaços tão importantes na vida pública e política catarinense e agora brasileira.

Eu acho que o meu pai, se estivesse vivo, teria muito orgulho de me ver na condição de depurado federal, tendo galgado todos esses degraus. Mas eu sempre procurei, durante os meus mandatos nesta Casa, honrá-lo, como também todos os eleitores que estiveram comigo.

Eu volto a dizer, srs. deputados, que farei de tudo para honrar esses 110.170 eleitores em Brasília na condição de deputado federal, principalmente considerando que hoje os políticos, de modo geral, estão com uma imagem muito negativa. Eu, durante a campanha, vi muitas pessoas dizendo que não iriam votar em ninguém, que não dá mais para confiar em político. Na verdade, nós sabemos que na política há pessoas boas, pessoas sérias e pessoas desonestas. Então, não podemos generalizar.

Mas nesta Casa estou tendo o privilégio, durante esses 12 anos, de conviver com pessoas inteligentes, honestas e sérias, que têm dado uma grande contribuição para a sociedade catarinense e brasileira.

Assim sendo, nessa condição de deputado federal, haverei de fazer de tudo para honrar os meus eleitores, as regiões que eu represento e, principalmente, Santa Catarina no Congresso Nacional. E no ano que vem, deputado Antônio Carlos Vieira, o Congresso Nacional será palco de muitas mudanças que deverão acontecer no Brasil. A presidente Dilma Rousseff, em sua entrevista, por exemplo, falava na reforma tributária que tem que acontecer.

Hoje, o Brasil tem uma média de impostos em torno de 37%, considerando que a média mundial está na faixa de 20%. Está sendo feita uma cobrança exagerada em termos de tributos. Fala-se na volta da CPMF. Esse imposto até poderá vir, mas desde que embutido numa ampla reforma tributária, reduzindo de um lado, aumentando de outro, sem aumentar a carga tributária, como se está pretendendo fazer.

Ao mesmo tempo, nós sabemos que a concentração exagerada desses impostos está em Brasília e os estados precisam ir de chapéu na mão pedir aquilo que já deveria vir automaticamente para os municípios e para os estados.

Acredito que no ano que vem também tenhamos, em Brasília, uma reforma política, que é muito necessária. Do jeito que está não pode continuar e o grande exemplo está no meu partido.

Na última eleição fiz uma colinha e a distribuía onde eu ia pedir voto. Como candidato ao governo tínhamos Raimundo Colombo, do Democratas; para o Senado Luiz Henrique e Paulo Bauer, um do meu partido e outro do PSDB, e para a presidência da República Dilma Rousseff, do PT.

Vejam só, no mesmo pedido de voto que eu fazia existiam candidatos do Democratas, do PSDB, do PMDB e do PT.

Para nós, como liderança, é difícil entender, imaginem para o eleitor. Temos que ter uma definição mais clara, ideologicamente falando, para que os partidos realmente se definam, quem sabe até a volta da verticalização, o financiamento público de campanha.

Essa campanha foi uma das mais caras que se viu na história. Se eu não tivesse prestado um trabalho muito forte ao longo desses anos nesta Casa, não teria chegado à condição de deputado federal. Defrontávamos com nossos concorrentes gastando rios de dinheiro e não tínhamos como fazer frente a essas situações.

Esse sistema político precisa, sem dúvida alguma, ser modificado, e tenho certeza de que isso haverá de ocorrer no ano que vem, assim como a reforma previdenciária. Além disso, estarei em Brasília trabalhando por ideias, projetos, agricultura, saúde, educação, elaborando emenda para os nossos municípios, pois muitas coisas precisam ser feitas pela nossa região, como a duplicação da BR-470 e a ferrovia leste/oeste passando pelo vale do Itajaí.

Para isso, teremos que brigar junto com toda a bancada federal de Santa Catarina, com os senadores catarinenses.

Srs. deputados, voltarei a assomar à tribuna antes de encerrar o meu mandato, mas quero dizer que nesta Casa realmente tive uma convivência muito boa com todos os deputados e funcionários.

Estou prestes a ir para o Congresso Nacional, mas já estou sentindo saudades dos amigos, das pessoas com as quais aqui convivi e do grande trabalho que sempre é gerado em prol da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente e srs. deputados, aproveite este horário reservado ao PMDB para comunicar que ontem a Fesporte decidiu que os Jogos Abertos de 2012 serão realizados em Caçador.

Como caçadorenses, quero agradecer à Fesporte pela deferência ao nosso município e à região do meio-oeste.

Quando fui secretário de Desenvolvimento Regional em 2005, candidatei-me e a partir daí pleiteei todos os anos. Finalmente agora houve esse reconhecimento.

Os últimos Jogos Abertos realizados em Caçador ocorreram há 34 anos, quando era prefeito o hoje deputado Reno Caramori.

Quero congratular-me com todo o povo da nossa cidade, com o prefeito Saulo Sperotto e com toda a sua equipe. Também na condição de deputado gostaria de nos colocar à disposição para que possamos realizar os melhores Jogos Abertos da história de Santa Catarina.

Por outro lado, fazendo a leitura do censo concluído pelo IBGE, fiz algumas análises, leituras e interpretações sobre esse assunto. São números reais, não são inventados, deputado nosso líder, Elizeu Mattos, porque a descentralização fez com que houvesse um crescimento harmônico em todo o nosso estado, inclusive oportunizando que os investimentos fossem realizados em cada um dos municípios e que fossem reparadas algumas injustiças, algumas distorções com municípios do interior do nosso estado,

especificamente aqueles isolados do nosso mapa, pela ausência de uma ligação asfáltica.

Praticamente 100% dos nossos municípios possuem acesso pavimentado. Isso, sem dúvida alguma, vislumbra, para cada um desses municípios, dias melhores. Oportuniza acesso ao desenvolvimento, para que, por exemplo, uma empresa possa instalar-se nessas pequenas comunidades e, com isso, gerar empregos.

Por outro lado, vemos ainda que os municípios do litoral do nosso estado possuem atrativos diferenciados. A logística é diferente, aqui temos estradas que são duplicadas, temos portos, temos aeroportos, temos os grandes centros consumidores, seja de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, do Mercosul, enfim, do país ou do mundo pelas condições de logística. E essas mesmas condições os municípios do interior não possuem.

Por isso quero propor, através de um projeto de lei, que aquelas empresas que queiram investir, seja na construção do seu parque fabril ou na ampliação, possam merecer do estado uma decisão estratégica de fazer com que as pequenas comunidades também possam receber investimentos, que hoje estão sendo canalizados em grande parte para o litoral do nosso estado.

Cito aqui o exemplo de um município pequeno, Macieira, próximo à cidade de Caçador, onde, certamente, nenhuma vai querer instalar-se. Por quê? Pela dificuldade da mão de obra, pela logística, o custo do frete, e assim por diante.

Então, deputado Renato Hinnig, v.e.a. que é um profundo conhecedor da nossa legislação fiscal, seria bom que o estado adotasse medidas no sentido de fazer com que as empresas recebessem um benefício ao instalar-se num município distante da capital do nosso estado. Que as empresas possam ter um benefício fiscal diferenciado, através do prazo de pagamento entre outros, e aí poderíamos incrementar o Prodec, que é um grande instrumento de desenvolvimento da nossa empresa catarinense. Mas acredito que podemos fazer um ajuste para fazer com que o interior, os pequenos municípios, as comunidades possam ter as portas das empresas abertas para que a nossa juventude de hoje que, infelizmente, ainda vê nos grandes centros urbanos a oportunidade de conseguir o seu emprego, de fazer uma graduação, possam ter lá no interior as mesmas condições que há hoje nos grandes centros do nosso estado.

Por isso quero propor, já nos próximos dias, analisarmos, juntamente com os nossos técnicos, um aprimoramento do nosso Prodec, para fazer com que os pequenos municípios, que hoje, infelizmente, perdem população, por mais que os investimentos públicos sejam realizados, seja através do programa Luz Para Todos ou através da pavimentação asfáltica consigam manter a sua gente na cidade. Vejo aqui o deputado Jean Kuhlmann, que foi secretário de estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e que fez um grandioso trabalho, propiciou o Prodec naquele período, o que foi muito importante para muitas empresas no interior. Entendo que se mexermos, se melhorarmos ainda mais o Prodec ou outras legislações que possam permitir que essas pequenas comunidades, os pequenos municípios distantes do nosso litoral possam, também, da mesma forma que os grandes municípios, ter um melhor alento e vislumbra também um crescimento e receber empresas que hoje, se não tiverem um atrativo melhor, tendem a instalar-se, a expandir-se no litoral do nosso estado.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, está sendo importante a discussão nesta Casa no dia de hoje, pois se trata de um assunto relevante para Santa Catarina e num momento oportuno. Essa não é uma crítica, é uma constatação do que está acontecendo nos municípios de Santa Catarina. Estamos falando do levantamento que o IBGE fez sobre o que aconteceu nos últimos dez anos com relação à população, ou seja, o crescimento demográfico em alguns municípios e o decréscimo e a estabilização em outros.

E considero muito oportuno porque estamos iniciando o debate sobre o Orçamento de 2011 e também sobre a revisão do PPA para o ano que vem. Concordando ou não, a constatação é verdadeira, deputado Flavio Ragagnin, e v.exa. fez aqui uma fala muito oportuna e com profundidade refletiu sobre o que todos nós temos que fazer, nós, como parlamentares, e o governo eleito, porque é ele que vai conduzir os destinos de Santa Catarina nos próximos quatro anos.

É preciso reconhecer nesse levantamento, deputado Kennedy Nunes, que 100 municípios do nosso estado tiveram decréscimo de população, alguns até com -20,23%, que é o caso de Presidente Castelo Branco. Além desse, temos, com -18% e -19%, Galvão, Piratuba, Frei Rogério, Marema, Pedras Grandes, Caxambu do Sul, Anita Garibaldi, Santa Terezinha do Progresso. Temos mais 120 municípios que tiveram um crescimento abaixo da média de Santa Catarina, com destaque, como v.exa. colocou, deputado Flavio Ragagnin, para a cidade de Chapecó.

O grande crescimento ocorreu no litoral catarinense e obviamente, como o deputado Valdir Cobalchini lembrou, em virtude de alguns atrativos, como a questão da logística e outros aspectos. Mas também há, como v.exa. disse, deputado Flavio Ragagnin, o aspecto da procura por um serviço melhor de saúde, de educação, um sistema viário mais avançado, o que permite uma qualidade de vida melhor.

O que é preciso fazer? Alguma coisa precisa ser feita. Precisamos refletir e tomar algumas decisões. E o poder público, o que pode fazer?

Então, nós, parlamentares, devemos não só criticar, mas sugerir soluções, a fim de que o novo governo possa fazer uma reflexão, até porque Lages está no rol dos municípios que vem perdendo população.

Vale lembrar que as pessoas não vão ficar em seus municípios lá no interior se não houver políticas públicas de apoio, como algumas que já vivenciamos e que deram certo. E cito, como exemplo, o apoio à agricultura. Não podemos esquecer o Troca-Troca, o Incentivo ao Reflorestamento e o Banco da Terra, que eram políticas públicas de apoio ao pequeno agricultor. Tivemos também a política pública de incentivo fiscal concedido pelo governo aos municípios com IDH baixo, ou seja, aqueles com população carente e que precisam de maior apoio.

Todas essas eram políticas públicas, deputado Valmir Comin, incentivavam as pessoas a permanecer em seus municípios. Sabemos que não conseguiremos evitar que as pessoas queiram vir para os maiores centros urbanos, mas temos que implementar políticas públicas que oportunizem a sua permanência no interior, evitando a migração para as maiores cidades, principalmente as do litoral.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Prezado líder da bancada progressista, quero parabenizá-lo pelo tema e pelo pronunciamento dentro da linha das políticas públicas.

Lembro-me muito bem que na administração de Esperidião Amin - 1999, 2000, 2001 e 2002 -, quando fazíamos parte da base de apoio ao governo, tivemos a oportunidade de aprovar o programa de apoio ao reflorestamento com renda. Dava-se meio salário mínimo ao agricultor, a fim de que ele reflorestasse dois hectares da sua propriedade. Para isso ele contava, ainda, com a assessoria técnica da Epagri. As pessoas até diziam: "Mas, deputado Valmir Comin, meio salário mínimo não representa nada!" Pode até ser que não fosse muito para algumas pessoas, mas para aquele gaudério lá do interior, que estava quase abandonando o campo para ir para a área urbana, com certeza era algo bem representativo.

Então, uma das razões do êxodo rural é o abandono dessas políticas públicas exitosas. Por essa e por muitas outras razões é que está acontecendo a litoralização em nosso estado, o que causa um transtorno sem precedentes para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado pela contribuição, deputado.

É exatamente nessa direção que temos que refletir e repensar o papel do estado. E é muito oportuno aproveitarmos a discussão do Orçamento/2011 para ressaltarmos que 10% para investimento é muito pouco, deveria haver mais, principalmente para os municípios menores.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a desistência do Democratas, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero registrar que vou-me ausentar desta Casa na semana que vem porque irei acompanhar a delegação catarinense que vai ao Sustentar 2010, em Portugal, onde acontecerão grandes debates, pois lá há algumas cidades com melhores experiências em termos de energias renováveis, principalmente na área de energia solar.

Vamos acompanhar o nosso companheiro, deputado Pedro Uczai, que coordenou durante vários anos toda essa discussão e articulação e vamos voltar-nos à essa discussão que, com certeza, vai trazer grandes subsídios para o debate sobre energias renováveis, já que é um dos grandes temas que permeiam o crescimento do Brasil,

que alcançará, este ano, taxa superior a 7% e que por isso necessita de um grande suporte energético.

Tradicionalmente, o Brasil caminha muito na linha da energia hídrica e não discute os grandes temas, as novas alternativas que surgem no mundo. É por isso que vamos a Portugal para fazer um debate, conhecer melhor as experiências e também estabelecer um intercâmbio entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Congresso de Portugal e os municípios.

Um tema que cada vez mais assusta a sociedade catarinense e que no dia de hoje está em todas as páginas de jornais e nos noticiários da televisão e do rádio são a violência e o crime organizado. E assustam-nos também algumas declarações do secretário da Segurança Pública, André Luis Mendes, no dia de hoje, no jornal *ANotícia*, no *Diário Catarinense*, enfim, em todos os jornais estaduais, admitindo a existência do crime organizado dentro do sistema penitenciário, inclusive um comando do chamado PGC, Primeiro Grupo Catarinense.

O secretário admitiu isso, mas até agora a secretaria da Segurança Pública nunca havia admitido, sempre disse que havia essa organização, essa articulação entre os vários presídios. É por isso que a sociedade catarinense vem pedindo solução.

Passando por várias cidades no dia de ontem, na madrugada vimos várias faixas no município de Chapecó, no comércio, nos hotéis, nos postos de combustível protestando contra a insegurança pública. Os postos de combustível, inclusive, fecharam suas portas no estado, em virtude da grande preocupação com a insegurança.

Então, mais uma vez, quero chamar a atenção para isso tudo. Como parlamentar e como ex-presidente da comissão de Segurança Pública - e já ocupamos esta tribuna por várias vezes para falar desse tema - reclamamos que Santa Catarina deixa muito a desejar no trabalho preventivo, além da má condição interna dos nossos presídios, tema que já foi motivo de várias audiências públicas, mas que ainda continua muito ruim neste estado.

Algumas coisas o secretário fala com muita simplicidade, como esta frase, no final de um texto:

(Passa a ler.)

"Se ninguém incomodasse os traficantes no morro, eles não precisariam descer para assaltar e estaria tudo bem."

Essa frase deixa-nos bastante perplexo, porque se se combate o crime num lugar, ele se desloca para outro. Então, com certeza, aqui está clara toda a questão da corrupção que há dentro dos presídios, pois alguém está levando celulares e equipamentos para dentro das celas.

Dá para perceber, deputado Décio Góes, que a situação está grave, mas nunca quiseram admitir quando reclamávamos. O estado foi um dos últimos a assinar o Programa Nacional de Segurança Pública, que cria toda uma política de prevenção, de educação fora e dentro dos presídios, nos bairros, nos morros, em todos os lugares.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Dirceu Dresch, é importante essa sua reflexão. Já faz anos que se percebe que há alguma coisa a mais na questão do crime organizado em Santa Catarina, infelizmente.

Mas não consigo admitir o seguinte: como é que não se consegue bloquear celular dentro dos presídios? Eu não consigo entender isso! O que falta para que essa providência seja tomada, a fim de que o cidadão comum não ouça uma notícia dessas de que o crime está sendo organizado pelo celular, de dentro do presídio! Isso é um absurdo!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O que de fato assusta é que não aumentamos o número de policiais nas ruas, o estado não valoriza os nossos policiais também.

Por outro lado, ontem a nossa comissão discutiu dois ou três projetos que aumentam o salário dos comandos, mas não falam da política de aumento do salário dos policiais, não falam na construção de uma política estratégica de combate à criminalidade. A sociedade catarinense está exigindo do governo que não tenhamos aumento de custo no cume da pirâmide salarial, mas que haja investimentos na base.

Essa, com certeza, é uma exigência da sociedade catarinense e nossa também!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o ex-deputado, ex-conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas, Luiz Suzin Marini.

Deputado Jean Kuhlmann, ele e o ex-deputado Lírio Rosso devem estar colocando as práticas de muitos anos em dia, porque faz tempo que a conversa dos dois está acontecendo nos bastidores desta Casa.

Está feito o registro do prazer de ter conosco o ex-deputado Luiz Suzin Marini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, do Democratas, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, público que nos acompanha pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, queremos dizer da nossa alegria de estar novamente neste plenário e de poder ocupar a tribuna para trazer um assunto de realce.

Vou começar falando sobre aquilo que já foi dito por alguns deputados nesta tarde, ou seja, a importância de tentarmos acabar com a litoralização do estado de Santa Catarina.

O que quero dizer quando falo em tentar acabar com a litoralização? Na verdade, é no sentido de fazer com que as pessoas continuem morando no interior, continuem valorizando os municípios com menos habitantes, que é o que tentamos fazer. E isso foi dito aqui pelos deputados Valdir Cobalchini, Sívio Dreveck e Valmir Comin, que também falaram alguma coisa a respeito disso.

Eu fico muito feliz de ver, neste momento, sendo repensado, trabalhado e valorizado o projeto de lei que tive a oportunidade de mandar para esta Casa, quando secretário do Desenvolvimento Econômico, que reformulava o Prodec - Programa do Desenvolvimento da Empresa Catarinense. Mas mais do que um Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, a reformulação do Prodec e a reformulação do Pró-Emprego tiveram como instrumento básico o incentivo, no estado de Santa Catarina, à geração de emprego e renda.

Não existe em nenhuma cidade e estado um povo que consiga gerar qualidade de vida, se a sua busca não estiver fundamentada na questão da renda, na questão do fortalecimento do município. Ao lado da segurança, da educação e da saúde, a geração de renda no município é fundamental para a qualidade de vida. A geração de emprego é vital para que se possa fazer com que a pessoa permaneça no campo, no pequeno município. É mais importante do que avaliar se o município perde ou ganha habitantes, é avaliar o seu IDH, é avaliar, independentemente de quantos habitantes tem aquela cidade, se o cidadão possui qualidade de vida.

É por isso que o programa enviado a esta Casa - e acho que precisamos aprimorar e aperfeiçoar cada vez mais para trazer mais empresas para Santa Catarina para gerar mais emprego e renda - baseou-se em dois alicerces fundamentais. O primeiro foi a questão de valorizar e dar incentivos para a empresa que investe em municípios de baixo IDH. Porque quando se traça uma média do Índice de Desenvolvimento Humano no estado de Santa Catarina e dá-se um incentivo para uma empresa que investe num município que tem um IDH abaixo da média, está-se dizendo o quê? Que se vai justamente levar o investimento para onde não há emprego, para onde não há renda, para onde a educação é de qualidade inferior, para onde o problema de saúde não tem condições de ser resolvido pelo próprio cidadão. E quando uma empresa é instalada justamente no município com menor IDH, gerando emprego, salário e renda, ela faz com que haja mais dinheiro circulando e com isso movimenta a economia, melhora o salário das pessoas e, de forma direta e indireta, também gera mais empregos, melhorando o IDH, que é o fator que mede efetivamente a qualidade de vida.

Há outro ponto, além do IDH. O Prodec também trabalhou algo que é inovador: dar benefício à empresa que trabalha com inovação tecnológica. Uma empresa que abre um local de trabalho e vai produzir algo inovador no estado, algo que não existe ainda em Santa Catarina, independentemente local onde se instala, merece ter um incentivo, porque ela está levando inovação tecnológica e incentivo com salários de valor agregado muito maior.

E foi nesse aspecto que nós trabalhamos o Pró-Emprego, foi nesse aspecto que trabalhamos o Prodec e é neste aspecto que entendemos que se deva fortalecer o desenvolvimento de uma região, de um município: melhorando o IDH e trazendo para o estado inovação tecnológica, independentemente do IDH do município. Com isso se consegue dar incentivo e, em alguns casos, além da postergação do pagamento do ICMS, também se permite a redução do ICMS a ser pago em até 40%, dentro do prazo de carência da postergação.

Isso faz com que a empresa tenha estímulo e venha instalar-se em Santa Catarina. Tanto é que alguns estados questionam o nosso Pró-Emprego, questionam o nosso Prodec, pela forma inovadora com que ele foi colocado e pela forma agressiva com que nós trabalhamos para gerar emprego e renda. É por isso que Santa Catarina tem um dos melhores índices nesse aspecto.

Agora, é claro que tudo isso não vai funcionar se não houver uma política clara na área da saúde, da educação, da segurança. E aí eu coloco um aspecto que foi levado, hoje, à reunião da comissão de Finanças: como Santa Catarina pode estar discutindo um Orçamento

anual, se todas as obrigações constitucionais do estado fazem com que aquilo que está estabelecido como despesa prevista já supera a capacidade de arrecadação?

Se pegarmos - e esse não é um problema apenas de Santa Catarina, é um problema nacional - toda a receita que o estado tem estimada para o ano que vem e começamos a descontar os 2% que o estado tem que passar para a Fapesc; os 25% que tem que passar para a Educação; os 12% que tem que passar para a Saúde; os 13%, no mínimo, destinados ao pagamento da dívida pública, que hoje já é cerca de 17% em Santa Catarina; os 18% de repasse para os poderes e mais os 51,3% ou 51%, que é o limite prudencial da folha de pagamento, enfim, se nós somarmos todos esses percentuais que devem ser repassados pelo governo, que são os repasses estabelecidos pela Constituição ou por lei complementar, vamos ver que o estado fica inadmissível.

E esse não é um problema de Santa Catarina, como já disse, esse é um problema da concepção do estado brasileiro que nós queremos. E temos um papel fundamental não apenas de votar, mas de pensar no futuro de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público aqui presente na sessão desta tarde de quarta-feira, telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio AleSC Digital, temos falado aqui sobre a questão da dependência às drogas e da necessidade de tratamento, da mesma forma como temos tentado por medidas legislativas - indicações, moções, emendas - fazer voltar o interesse público para essa pauta fundamental para a sociedade e para a saúde do catarinense, dentro da compreensão de que a adição não é um problema de polícia, mas um problema de saúde pública.

No entanto, evidentemente que as questões relacionadas à Segurança Pública e à Polícia estão diretamente, no cotidiano, relacionadas com a questão da dependência química às drogas.

Tenho citado que trabalhei no Centro de Operações da Polícia Militar há oito anos, em 2002, por um período de oito meses. Na época atendi a inúmeras ligações de pais e, principalmente, de mães desesperadas, pedindo que a Polícia fosse até sua casa porque seu filho estava descontrolado, em virtude ou do uso excessivo ou da abstinência das drogas. Mas as pessoas não queriam que a Polícia fosse lá para conduzir tal pessoa, evidentemente, para a delegacia, mas para o hospital. E não havia, e não há, vagas nos hospitais em número suficiente. Aliás, o número é ínfimo. Aqui na Grande Florianópolis apenas um hospital faz esse atendimento, e não é especializado de forma exclusiva para o atendimento à dependência química.

Nós não tínhamos o que dizer e o que fazer, porque uma pessoa que tem problemas de dependência às drogas geralmente tem uma relação já conflituosa, de desconfiança no que se refere à Polícia. E na chegada da Polícia, aquilo que não era um caso de polícia acaba

virando porque a pessoa reage de forma estranha, não raras vezes acaba por gerar violência e por fim vira de fato uma ocorrência policial e acaba, sim, na delegacia.

Nós temos essa preocupação e precisamos trabalhar no sentido de que o estado dê uma assistência global a essa questão. Porque não se trata apenas de dizer que não é um problema de polícia, porque também é um problema de polícia, ou vira um problema da polícia. E não há como resolver o problema da dependência química, do uso de droga generalizado, pois isso está virado numa epidemia na sociedade brasileira - e talvez mundial - e também aqui em Santa Catarina.

A deputada Ada De Luca tem razão em dizer que o problema está chegando às cidades pequenas e, inclusive, às áreas rurais do interior do nosso estado.

A Polícia tem, sim, o seu papel nesse trabalho. Ações de combate ao tráfico e ao transporte de entorpecentes são necessárias, assim como são necessárias ações no sentido de prevenir o consumo da droga.

A Polícia Militar realiza o Programa Educacional de Resistência às Drogas, o conhecido Proerd, que tem feito maravilhas no estado. Esse programa é realizado por soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar, que se dedicam no sentido de educar os pré-adolescentes para que resistam à oferta e aos riscos inerentes às drogas. Realmente é um trabalho magnífico.

Mas essa e tantas outras ações pontuais têm-se mostrado insuficientes. É preciso mais aporte de recursos para a prevenção, que começa pela qualificação da educação e pela melhoria da saúde pública. Um novo conceito de saúde pública precisa ser construído em nosso estado.

Citei o projeto do governador Leonel Pavan, no sentido de alocar 0,2% do Fundo Social à disposição dessa ação. Isso é elogiável. Mas precisamos bem mais. Precisamos de um trabalho abrangente, global, que entenda o conjunto da educação e da formação do ser social nessa sociedade, para que possamos, talvez, compreender melhor por que tantos jovens buscam as drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro da presença do vereador Vânio César Vieira, do município de Itapema; de Janaina Dutra, assistente social; e também de José Paulo, assessor parlamentar. Eles se fazem presentes para conhecer o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência se associa às boas-vindas da deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, líder da bancada, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha nas galerias, de forma especial quero cumprimentar o ex-deputado e ex-presidente desta Casa, José Luiz Cunha, que nos acompanha das galerias do plenário.

Gostaria de saudar também todos os vereadores do município de Tijucas, que estão atentos à lei mais importante que esta Casa e o estado estão analisando, a lei do Orçamento, cujo montante previsto para o próximo ano é de aproximadamente R\$ 15 bilhões. Considerando a arrecadação do estado, que deverá ultrapassar os R\$ 13 bilhões, considerando ainda os recursos que advirão do governo federal e de outras fontes, seguramente passará desse valor.

Tenho em mãos uma correspondência dos vereadores de Tijucas, da SDR de Brusque, que compreende as cidades de Brusque, Botuverá, Guabiruba, bem como Nova Trento, Major Vieira, Canelinha e São João Batista. O município de Tijucas encaminha uma carta pedindo a inclusão no Orçamento de algumas iniciativas que certamente serão apreciadas nesta peça.

Em primeiro lugar, na questão de saúde, pedem a reforma do Hospital São José e da Maternidade Chiquinha Gallotti, principalmente a modernização e a aquisição de equipamentos para o centro cirúrgico, além de mobiliário. Pedem também a implantação de uma UTI para atender a todos os municípios do vale do rio Tijucas, visto que o movimento é grande naquele hospital, considerando os acidentes que ocorrem na BR-101 e na SC-411, entre Tijucas e Nova Trento, que possui um movimento muito grande por causa do turismo religioso.

Quanto à educação, solicitam a implantação de um *campus* avançado da Udesc naquela cidade, visto que há uma unidade da Univale e existe um grande número de estudantes que cursam a faculdade, mas existe ainda uma demanda reprimida muito grande. Muitos alunos não conseguem estudar porque não têm como pagar a faculdade, porque não são agraciados pelo art. 170. Assim, uma alternativa para eles seria a UFSC, onde a concorrência é enorme, e outra seria a Udesc. Por isso, o vale do rio Tijucas requer um *campus* da Udesc.

Quanto à segurança pública, pedem a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual na SC-411, tendo em vista o alto índice de acidentes de trânsito com vítimas fatais que acontecem de Tijucas até Nova Trento. Isso porque o movimento tem aumentado em virtude, como já disse, do turismo religioso. Um grande número de pessoas do Brasil inteiro visita o Santuário de Santa Paulina. É uma rodovia simples, que está razoavelmente bem sinalizada, mas não existe posto rodoviário no trajeto e quem atende a SC-411 é a Polícia Rodoviária de Gaspar.

Na área da cultura, a comunidade de Tijucas requer a restauração do prédio do antigo Cine Teatro Manoel Cruz, bem da ponte de ferro Bulcão Vianna, que fazia a travessia do rio Tijucas antigamente e que tem mais de 50 anos. Essa ponte deveria ser restaurada já que interliga os dois lados do município de Tijucas, além de sua importância histórica.

Na agricultura, solicitam a alocação de recursos para a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atender a uma demanda reprimida muito grande. Há grandes iniciativas agrícolas na região, especialmente no cultivo de arroz, mas infelizmente dependem do apoio da prefeitura.

O último pedido da Câmara de Vereadores é a construção de um anel viário que permita a ligação da BR-101 com a SC-411, já que atualmente todo o trajeto passa por dentro de Tijucas, perturbando o movimento

urbano. No ano passado o prefeito de Tijucas, apoiado pelo governo do estado, pavimentou parte desse segmento, facilitando bastante o trânsito, mas precisa ser feito em Tijucas um anel viário para desviar o grande movimento entre a SC-411, chamada de rodovia da fé, e a BR-101.

Além disso, é preciso o apoio do governo do estado para a pavimentação de inúmeras ruas importantes para a urbanização de Tijucas.

Por fim, pedem um molhe na boca da barra para facilitar o acesso de pequenas embarcações, pois no passado existia grande movimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Foi acordado ontem que vários vetos seriam deliberados no dia de hoje. Vamos colocá-los em votação mais tarde para que os deputados tenham tempo de se deslocar dos gabinetes até o plenário.

Assim, vamos, neste momento, deliberar as matérias que não necessitam de quórum qualificado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0194/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera a Lei n. 14.953, de 2009, que dispõe sobre medidas contra a prática de trotes telefônicos dirigidos a determinados órgãos.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0126/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet, que denomina Natalia Becker Della Giustina o prédio da guarnição especial da Polícia Militar do estado, no município de Braço do Norte, localizado na rua Severiano Francisco Sombrio, s/n, no bairro Santa Augusta.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0186/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que obriga o estado e as concessionárias das

rodovias em Santa Catarina a instalar placas orientando usuários a denunciar motoristas com sinais de embriaguez.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, solicito a v.exa., com a concordância dos líderes, que coloque em votação o projeto de lei que institui as taxas da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a Fatma ou para a Polícia Ambiental, pois ele já foi devidamente aprovado em todas as comissões.

Se v.exa., juntamente com as lideranças, concordar, requeremos sua votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Já vamos deliberar, deputado, se a matéria vai ou não ser colocada na pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0330/2010, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc -, com sede em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto contrário do deputado Dirceu Dresch.

Vamos fazer a apreciação do Projeto de Lei n. 0076/2010, de origem governamental, como foi solicitado pelo deputado Onofre Santo Agostini.

Consulto os srs. líderes se há concordância para que deliberemos a matéria no dia de hoje.

Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0076/2010, que altera dispositivo da Lei n. 14.601, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama -, a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, não sou contra o projeto, apenas quero cumprimentar o deputado Onofre Santo Agostini e a comissão do Meio Ambiente pela agilidade, porque esse projeto foi aprovado na comissão pela manhã e já está sendo submetido à votação em plenário.

Eu quero cumprimentar a agilidade, porque, quatro anos atrás, isso não ocorria. O deputado Onofre Santo Agostini realmente é muito ágil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Também consulto os srs. líderes se é possível votarmos o projeto de resolução da Mesa que altera ao art. 1º da Resolução n. 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Trata-se da aplicação apenas do índice de correção permitido, em conformidade com a legislação vigente.

Consulto os srs. líderes se é possível votar a matéria hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Resolução n. 0007/2010, de procedência da Mesa Diretora, que altera ao art. 1º da Resolução n. 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Agora, sim, passaremos à deliberação dos vetos.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.674/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0032/2010, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que altera disposições da Lei n. 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, trata-se de um projeto relativo à comissão de Constituição e Justiça, e houve alteração. Um substitutivo global foi apresentado naquela comissão pelo deputado Marcos Vieira, mas o projeto original é da autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

Estou aqui em defesa do projeto, que tem como autor um deputado da tríplice aliança e cujo substitutivo global é de autoria de outro deputado também da tríplice aliança. E eu estou fazendo a defesa no sentido de que a intenção, o objetivo, o mérito, do projeto seja mantido.

Trata-se do projeto conhecido lá no interior da caserna catarinense como da

promoção requerida, ou seja, o tenente-coronel ou o primeiro-sargento, ao completarem 30 anos de serviço, requerendo a passagem para a reserva remunerada receberiam uma promoção ao posto imediatamente superior: no caso do tenente-coronel, passaria a coronel, e no caso do sargento, passaria a subtenente.

Ocorre que o projeto foi vetado, mas havia rumores nos corredores da caserna e do Centro Administrativo de que o governador Leonel Pavan encaminharia um projeto de lei no mesmo sentido, colocando o critério de que seriam necessários três anos no mínimo para que ocorresse a promoção.

Então, isso era o que se estava defendendo há dois meses, mas parece que esfriou essa discussão e trocou-se o foco nos corredores da caserna. Assim, ao invés disso se buscou o *status* de carreira jurídica para delegados e oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Ontem, afinal, chegou, através de uma PEC, nesta Casa a proposta que, além da criação de uma nova diretoria na Polícia Militar, muda o critério para o oficialato do Corpo de Bombeiros, para o ingresso no curso de oficiais do Corpo de Bombeiros e para ingresso no curso de soldado, na graduação de soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Então isso tudo veio. E esse projeto, que esteve antes aqui - e generosamente, deputado Vieirinho, nos meses que antecederam as eleições, muita coisa boa foi aprovada neste plenário -, volta agora vetado. De forma que parece que nos corredores do Poder Executivo e das instituições militares o foco mudou e não se pretende mais esse direito.

Nós vamos, portanto, votar contra esse veto, porque entendemos que era um direito que generosamente os militares estaduais estavam sendo reconhecido, mas passada a eleição, parece que estou sozinho defendendo um projeto da tríplice aliança. Deputado Silvio Dreveck, estou sozinho defendendo um projeto da tríplice aliança!

Sr. presidente, vamos votar pela derrubada do veto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Pergunto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.687/2010, que dispõe veto total ao Projeto de Lei 0045/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que revoga o § 3º do art. 1º da Lei n. 15.080, de 2010, que redefine os critérios de concessão da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 17 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.688/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0012/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que assegura o acesso aos portadores de diploma de Gestão Pública nos cargos que específica.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Tivemos 16 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.699/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0022/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que exclui o item 20 do anexo único da Lei Complementar n. 288, de 2005, que transforma cargos previstos na Lei n. 1.139, de 1992.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu peço que seja derrubado o veto, pois o objetivo desse projeto é retirar, dentre as funções do assistente técnico pedagógico, o item 20. Entre 20 atribuições que são condizentes, no item 20 está o seguinte: "Executar outras atividades de acordo com a necessidade da escola". Com isso, o assistente pedagógico poderá fazer de tudo dentro da escola, inclusive ser professor, que não é sua atividade.

Então, é uma solicitação de todos os assistentes técnicos e isso não cria despesas, unicamente exclui o item 20. Porque se

permanecer, poderão até colocar o assistente técnico-pedagógico para limpar banheiro ou para outra atividade nada condizente.

Esse projeto foi, inclusive, aprovado por unanimidade em todas as comissões, até na comissão de Educação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O projeto do deputado Peninha é meritório, mas tenho dúvida quanto à sua constitucionalidade, porque não cria nada, só retira.

Portanto, como líder do governo, deixo as bancadas livres para deliberarem sobre o projeto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu sou contra esse veto, porque o deputado Peninha está correto. Se ele for aceito, o assistente pedagógico poderá exercer qualquer função na escola, mas nós entendemos que ele tem que realizar as funções para as quais foi contratado.

Assim sendo, apoiamos o projeto de autoria do deputado Peninha e somos contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta pelo painel eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Tivemos nove votos "sim" e 20 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.715/2010, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0008/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente e srs. deputados, eu vou defender a derrubada do veto a essa matéria porque existe uma lei que começou por Santa Catarina, que serviu de modelo para o Brasil e que hoje é uma lei nacional, que determina a preservação de vagas aos portadores de necessidades especiais nos concursos públicos.

Mas a lei deixou de lado os terceirizados. O funcionário com deficiência não pode ser contratado porque já é deficiente. O

gestor público exige um documento e um atestado médico, mas evidentemente que o portador de necessidade especial não tem essa possibilidade e, por via de consequência, não é admitido nem na terceirização nem nos cargos comissionados.

Vou dar um exemplo, deputada Ada De Luca: uma pessoa cega pode atender ao telefone, mas, infelizmente, isso não é permitido por lei.

Por isso, a derrubada do veto, srs. deputados, faz justiça às pessoas com necessidade especial. Então, nós defendemos a derrubada do veto, em nome do deputado Cesar Souza Júnior e também em nome dos portadores de necessidade especial do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Onofre Santo Agostini, para esclarecimento de v.exa. e também dos srs. deputados, informo que o veto é parcial e refere-se apenas ao art. 5º, que diz:

(Passa a ler.)

"Art. 5º. Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei." [sic]

Os demais artigos da lei ficam mantidos, o veto refere-se somente aos contratos já feitos e que em tese poderiam ensejar a substituição de pessoas que já estão trabalhando.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, ainda na mesma linha, o art. 5º criaria um problema, pois os contratos já assinados teriam que ser todos revistos.

Portanto, encaminho pela manutenção do veto, pois se trata apenas de uma correção e não muda em nada o mérito do projeto.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, como a experiência me ensinou que vivendo aprende-se, e também feliz do homem que reconhece um equívoco, reconheço o equívoco e retiro a proposta de derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta pelo painel eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Tivemos 23 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 1.716/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0097/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o art. 3º da Lei n.

3.030/1962, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, atualmente o Conselho Estadual de Educação é composto por 21 membros e este meu projeto visa incluir um representante dos Conselhos Municipais de Educação. Ele foi aprovado em todas as comissões, inclusive com uma referência especial na comissão de Educação, sendo relator o deputado Lício Mauro da Silveira, nosso colega que faleceu recentemente.

Portanto, eu peço a derrubada do veto em relação a esse projeto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Não vou discutir o mérito do projeto do deputado Peninha, mas ele mexe na estrutura da administração do estado de Santa Catarina e isso é atribuição exclusiva do governador do estado.

Portanto, sr. presidente, eu encaminho a votação para a manutenção do veto votando "sim".

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Os cargos de conselheiro da Educação não são remunerados e já são ocupados por representantes da sociedade, de um modo geral. Portanto, o projeto não modifica nenhuma estrutura, não cria gastos, não altera nada.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero somente fazer um "reparo", entre aspas: há remuneração aos conselheiros, sim, há um tipo de *jeton* que os conselheiros recebem quando há reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.719/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0144/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna obrigatória a implantação, pelas empresas de coleta de lixo do estado de Santa Catarina, de sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhões de lixo.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente e srs. deputados, eu não vejo razão alguma para esse veto. Quiseram o deputado e esta Casa proteger os garis, pois o que vemos hoje são as prefeituras e mesmo as empresas que fazem a coleta do lixo expondo-os ao risco de acidentes.

Não vejo nenhum prejuízo nisso. Penso que a Assembleia foi muito responsável sr. presidente, de modo especial o nosso colega Darci de Matos, em exigir que seja feita uma proteção para os garis, para que não corram risco de vida.

Portanto, sou favorável à derrubada do veto e faço um apelo aos srs. deputados nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O deputado Onofre Santo Agostini já está fazendo um treinamento para a próxima missão que vai exercer a partir do 2 de fevereiro não mais aqui, mas lá em Brasília.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quem sabe, deputado! Quiçá eu e os deputados Jorginho Mello, Ronaldo Benedet, Pedro Uczai e Peninha possamos fazer muito por Santa Catarina e pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com absoluta certeza, deputado.

Em votação.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" rejeita-o.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.734/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0151/2010, de autoria do deputado Edison Andriano, que torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do estado de Santa Catarina e de seus direitos na forma que menciona.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa matéria é de legislação privativa da União. Por isso, encaminho o voto "sim" pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.735/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0161/2008, de autoria do deputado Gelson Merisio, que torna obrigatória a presença de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras - nos eventos oficiais com a presença do chefe do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, qual é o encaminhamento que v.exa. quer que eu dê a essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O encaminhamento é pela derrubada do veto, mas respeito a opinião de cada um dos srs. deputados. Para ser sincero, não entendi o motivo do veto, mas respeito também a posição do governador. Evidentemente que votarei pela derrubada pelo voto.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 12 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.736/2010, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0207/2008, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui o Sistema de Controle e Proteção Animal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Sem querer também influenciar o voto dos srs. deputados, informo que lei idêntica está em vigor em São Paulo, com legislação proposta pela Assembleia e está tendo grande resultado naquele estado.

Este projeto é para fazer o controle de animais com *chip* nas agropecuárias. É uma cópia fiel da legislação vigente em São Paulo, que está funcionando muito bem.

Agora, respeito a posição de voto de cada um dos srs. deputados, bem como o encaminhamento por parte do governo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não vejo justificativa para esse veto. Não estou convencido da justificativa que deu a Procuradoria-Geral. Portanto, a bancada do governo está liberada para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Procuradoria-Geral do Estado, aliás, tem sido muito diligente. Acho que breve poderemos votar apenas nome de rua. Está ficando complicado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vou fazer melhor, vou encaminhar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim" e 18 votos "não".

Está mantido o veto, conforme proposto pelo governo do estado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.747/2010, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0119/2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Como há vetos diferenciados, vamos votar os artigos individualmente. Não vai ser uma votação única dos vetos. Cada artigo vetado terá uma votação em separado.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - São justamente dois vetos a dois artigos, que precisam ser votados separadamente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA -

Sr. presidente, gostaríamos que, ao mencionar o artigo vetado, v.exa. lesse a ementa, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos apreciar inicialmente o veto ao art. 21.

(Passa a ler.)

"Art. 21. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar n. 101, de 2000, será constituída exclusivamente de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, a, no mínimo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida e na Lei a 1% (um por cento), sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerado como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal."[sic]

O que está em discussão é o art. 21.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, historicamente o Poder Executivo, quando remete para esta Casa as três principais peças que vão reger a administração no ano subsequente, a LDO, o PPA - ou sua revisão -, e a Lei Orçamentária Anual, no item que diz respeito à Reserva de Contingência vem somente fixados 0,0001% da receita líquida do estado.

Também é sabido por todos, sr. presidente, que ao longo desses anos este Parlamento tem sofrido pesadas críticas pela não concretização das ações do Orçamento Regionalizado, prova disso é o esvaziamento das audiências públicas.

Da mesma forma, tem sido constante a reclamação deste plenário no que diz respeito à não liberação das chamadas emendas de iniciativa do srs. parlamentares, como ocorre no Congresso Nacional.

A assessoria da Casa fez um estudo extremamente importante, técnico e viável para que, a partir do exercício de 2011, possamos ter a possibilidade de apresentar ao Executivo as chamadas emendas parlamentares e ter, de vez por todas, grande parte das ações do Orçamento Regionalizado, resolvida.

Visitas foram feitas à Câmara Distrital de Brasília e ao Congresso Nacional, e praticamente todo o modelo aplicado nas duas Casas Legislativas estamos implantando na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. E para que pudéssemos fazer a emenda na Lei Orçamentária Anual - LOA -, teríamos que, primeiramente, fazer uma emenda na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. E assim o fizemos. Esta Casa aprovou por unanimidade a inclusão do aumento do percentual da Reserva de Contingência de 0,0001% para 3%, para que hoje tivéssemos condições de alocar os recursos necessários, sr. presidente, destinados às ações do Orçamento Regionalizado, 1/3 destinado às emendas parlamentares e 1/3 destinado ao livre arbítrio do Poder Executivo.

Mas o governador do estado, não acatando a totalidade da decisão do plenário, opôs um veto a esse artigo tão importante para os parlamentares catarinenses quanto para as comunidades que desejam ver as ações do Orçamento Regionalizado atendidas para que não se tornem inócuas as reuniões do Orçamento Regionalizado.

Aumentamos de 0,0001% a Reserva de Contingência para 3%, alocando cerca de R\$

250 milhões do Orçamento do ano que vem para cumprirmos estas três etapas: o que diz respeito às audiências públicas do Orçamento Regionalizado, o que diz respeito às emendas parlamentares e o que se refere ao outro 1/3 para o Poder Executivo realizar ações que desejar.

Por isso, sr. presidente, para que possamos dar continuidade a esse pleito dos srs. parlamentares e termos finalmente incluídas as emendas parlamentares na LOA e na revisão do PPA, faz-se necessária a derrubada deste veto, pois se não o derrubarmos não teremos condições de apresentar a emenda ao PPA nem tampouco a emenda à LOA.

Então, sr. presidente, peço aos srs. deputados que mantenham as posições das comissões pela aprovação da emenda e suas respectivas posições pela aprovação da emenda do relatório aprovado na sua totalidade na comissão de Finanças e Tributação e neste plenário.

Por isso, peço a derrubada do veto, da mesma forma como v.exas. aprovaram o relatório.

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua votação.

Em votação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acho que há uma solicitação do governador para avançarmos nessa questão, mas não conseguimos avançar. Não houve esse avanço ou uma discussão com o governador. Daqui a pouco, quando o novo governador assumir, encontrará um Orçamento engessado.

Repito, há uma solicitação de conversa e isso pode ser construído. Acho que é meritória a proposta do deputado Marcos Vieira, mas neste momento o meu encaminhamento é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim", 13 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Passamos agora à votação do art. 25, letra "a".

(Passa a ler.)

"Art. 25 -

[...]

a) ficam assegurados, para o exercício de 2011, além do percentual estabelecido no inciso I deste artigo, recursos necessários à ampliação e reforma do Palácio Barriga-Verde."[sic]

Trata-se de uma questão da Assembleia, que já vem sendo incluída no Orçamento há vários anos, mas ainda está pendente de uma deliberação para sabermos se vamos ou não edificar o anexo.

Por isso, peço aos srs. deputados a derrubada do veto para que possamos, posteriormente, tomar uma decisão nossa, dos deputados, da Casa, sobre o que devemos fazer no próximo ano com relação a esse tema.

Portanto, o apelo que faço aos srs. deputados é que derrubem o veto, votando "não".

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o encaminhamento é pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 30 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos seis votos "sim", 23 votos "não" e uma abstenção.

Está rejeitado o veto ao art. 25, letra "a".

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.748/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0016/2010, que dispõe sobre a regulamentação do art. 67, § 2º, da Lei Federal n. 9.394, de 1966, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único a Mensagem n. 1.749/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0028/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera a Lei Complementar n. 495/2010, que dispõe sobre a instituição das Regiões Metropolitanas de Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense, Lages, Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se não me engano, houve algum avanço com relação a esse projeto, pois foi discutida na comissão de Constituição e Justiça essa questão das regiões metropolitanas. Parece-me que está havendo um acordo.

Por isso, solicito que esse projeto, se possível, seja retirado de pauta, pois já veio um projeto do mesmo teor à Casa, encaminhado pelo governo do estado, que já regulamentou a questão.

A nossa posição é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 25 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim" e 10 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.750/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0141/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a distribuição de lucros ou resultados aos administradores e trabalhadores das empresas estatais, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 14 votos "sim", 13 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.761/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0045/2010, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao art. 29 da Lei Complementar n. 170/1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim", oito votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.762/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0044/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que dá nova redação aos incisos I, II e III do art. 1º da Lei Complementar n. 454/2009

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, podemos manter-nos calmos porque pela primeira vez na história desta legislatura vou ser derrotado, mas vou sair feliz, porque chegou a esta Casa, na tarde de ontem, o projeto que atende àquilo a que nos propusemos através do PL n. 0044/2010.

Como soubemos pelo líder do governo há 15 dias, chegou ontem o Projeto de Lei Complementar n. 0054 - não é 254, de dolorosa memória -, que garante o direito a todos aqueles formados em curso de nível superior reconhecido pelo MEC de se inscreverem no concurso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Então, o assunto sobre o nosso projeto, na verdade, está superado, uma vez que há um projeto de origem governamental que busca e alcança o mesmo objetivo. De forma que não faz nenhuma diferença para nós, neste momento, a vitória ou a derrota com relação a esse veto.

E para desfazer uma injustiça que cometi no primeiro projeto votado na tarde de hoje, sobre aquela promoção requerida, quando disse que estava sozinho defendendo um projeto de deputados da tríplice aliança, gostaria de me redimir, porque tivemos votos em várias fileiras, num total de 14. Não deu para derrubar o veto, mas tivemos mais votos do que esperávamos naquele projeto.

Sendo assim, vou manter o meu voto, como costume fazer, mas o mérito da questão está resolvido. O governo encaminhou o projeto de lei complementar e a partir da sua aprovação, para ingressar na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, o curso de tecnólogo, reconhecido pelo MEC como curso de ensino superior, também valerá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim" e nove votos "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h55, para votarmos as redações finais dos projetos ora aprovados.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h55, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários sobre fontes alternativas de energia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discorre sobre o PL n. 0348/2010, de sua autoria; reivindica a contratação de pessoal pelo Detran para atender aos requerimentos dos portadores de necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Vamos deliberar, se houver a concordância dos líderes, as redações finais dos projetos em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s.: 0076/2010, 0018/2010, 0126/2010, 0186/2009, 0330/2010 e do Projeto de Resolução n. 0007/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0548/2010, de autoria do deputado Flávio Ragagnin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.145/2010, 1.146/2010 e 1.147/2010 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.148/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 1.149/2010 e 1.150/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.151/2010, 1.152/2010, 1.153/2010, 1.154/2010, 1.155/2010, 1.156/2010 e 1.157/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.160/2010 e 1.161/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 1.158/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Secretaria Especial de Portos e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catari-

nense, solicitando apoio à comunidade empresarial de Imbituba e de todo o sul catarinense, que reivindicam a permanência do Batalhão de Engenharia do Exército na continuação das obras do molhe do porto de Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Requerimento n. 1.159/2010, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Florianópolis, sugerindo a alteração do prazo para pagamento do IPTU, com o desconto de 20% até o dia 15 de janeiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o deputado Lício Mauro da Silveira, de saudosa memória, sempre debateu nesta Casa sobre fontes alternativas de energia, meu amigo e líder, deputado Silvío Dreveck.

(Passa a ler.)

“China, o novo paradigma ambiental e o Brasil

Joschka Fisher, ex-líder do Partido Verde alemão, afirma que a China vai liderar o movimento verde pautando o mundo para um consumo de produtos verdes. Ele pintou um mundo com duas superpotências, China e Estados Unidos, considerando a Europa ineficiente e dividida. Ele afirma que, necessariamente, a China, pelo crescimento do seu PIB e pelo seu tamanho, deverá desenvolver a sua economia baseada na sustentabilidade. Afirma que isso terá grande impacto no mundo ocidental e como exemplo cita o desenvolvimento de carros elétricos e produtos verdes, além de investimentos em energia solar e eólica.

A China tem, hoje, três dos maiores fabricantes de turbinas eólicas e cerca de 50% do mercado global de energia solar. O governo chinês, no ano passado, investiu US\$ 34,6 bilhões nessas indústrias, quase o dobro dos Estados Unidos. O dragão verde deixou

preocupados os europeus, tanto que a comissão para mudanças climáticas, Connie Hedegaard, advertiu que os Estados Unidos e a Europa estão perdendo a corrida tecnológica verde. ‘Quem vai pagar a maior fatia dessa pizza? Uma competição global está em curso e está claro que a China, com a sua enorme ambição de mercado, é um formidável competidor.’

Relatórios americanos mostram que os Estados Unidos estão em 19ª posição na venda de produtos com tecnologias verdes (turbinas eólicas e painéis solares). No Reino Unido, o poder de competição dos ingleses, que estão na 10ª posição, é incerto. O Reino Unido tem o maior nível de eólicas *offshore* e a maior fazenda eólica do mundo. Mas na semana passada o governo inglês, devido ao aperto fiscal, tendia a cortar investimentos portuários de 60 bilhões de libras para manusear turbinas eólicas gigantes. Críticos da política de eólicas afirmam que esta não gerou empregos na indústria britânica porque as turbinas foram importadas da Alemanha, da Dinamarca, dos Estados Unidos e também da China. Portanto, nessa corrida tecnológica quem chega primeiro é quem tem dinheiro para investir, e isso não falta à China.

Mas nesse cenário verde, devemos observar alguns números da China sobre o cimento, aço, energia, carros, etc., pois existe um processo de desenvolvimento de infraestrutura gigantesco, que durará décadas.

Está em curso na China um dos maiores processos de urbanização da humanidade, com 500 milhões de pessoas saindo da área rural para viverem nas cidades. A China terá, em 2030, 221 cidades com mais de um milhão de habitantes, sendo que a Europa tem atualmente 35 cidades. Esse processo deverá duplicar a demanda de energia urbana em 2025.

Para dar moradia, está planejado construir, em 20 anos, 50 mil arranha-céus de 40 a 50 andares, ou seja, dez vezes Nova Iorque, que consumirão, para cada metro quadrado, 128kg de aço. A China inclui seis milhões de usuários na internet por mês, alcançando 770 milhões de usuários em 2015. Hoje, a China tem 260 milhões de computadores e os Estados Unidos 250 milhões. Com a mesma taxa computador/habitante dos Estados Unidos, alcançará 1,13 bilhão de computadores.

Mas esse desenvolvimento precisa de energia. Na fabricação do aço chinês, 65% vêm de alto forno movido a coque oriundo do carvão e 33% de fornos elétricos, e em 2025 o consumo atual de aço para construção das cidades será 2,77 vezes maior.

Atualmente, 80% da geração da eletricidade vem do carvão, sendo que em 2035 será 74%, havendo um incremento de 72% no carvão, construindo, em 25 anos, 730GW de usinas, ou seja, sete vezes a capacidade do Brasil.

É claro que a China é líder na construção de usinas a carvão com tecnologias limpas, incluindo o desenvolvimento da captura e estocagem de CO₂, sendo que em 2011 entrará em funcionamento a primeira planta de demonstração - Greengen - com gasificação em ciclo combinado - IGCC de 250MW.

A China, ao utilizar o seu maior recurso natural, o carvão mineral, garante a segurança energética, a modicidade tarifária e minimiza os impactos ambientais, ainda que aumentando suas emissões.

No Brasil, onde temos uma matriz de energia elétrica com 89% de fontes renováveis, o nosso grande patrimônio ambiental, estamos discriminando as termelétricas por conta das emissões de CO₂. No Plano Decenal de Energia 2019, não há térmicas a partir de 2015. No Plano Nacional de Energia 2030, ao mesmo tempo em que teremos 6GW de térmicas a carvão, manteremos a nossa matriz com mais de 80% com fontes renováveis, algo que causará inveja nos países desenvolvidos.

As usinas térmicas a carvão mineral são as de menor custo, podendo operar de forma flexível e na base, visando ao melhor aproveitamento das usinas hidráulicas, com isso gerando menos CO₂ por energia firme vendida e aumentando a segurança eletroenergética do sistema elétrico brasileiro. Quando São Pedro falha, elas operam. Além disso, um parque gerador a carvão tem alto grau de multiplicação no emprego e renda na economia."

Estudo da Fundação Getúlio Vargas diz que cada emprego direto na mina gera oito indiretamente.

(Continua lendo.)

"Penalizar essa fonte de energia agregando custos, dificultando financiamento ou criando mecanismos que inviabilizem sua participação em leilões de energia é querer ser mais realista que o rei, penalizando a sociedade brasileira. Existem formas melhores para salvar o planeta. Basta seguir o exemplo da China, investindo no desenvolvimento de tecnologias verdes para que a indústria brasileira possa participar da competição global ora em curso."

Fiz questão de relatar este pronunciamento, que obtive através do presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, para mostrar que países desenvolvidos e em desenvolvimento estão em forte crescente na utilização de geração de energia a partir do carvão e aproveitando os seus subprodutos que estão agregados na cadeia produtiva do carvão.

É admissível que um estado como o nosso, com 32 bilhões de toneladas de carvão no seu subsolo, não tenha uma política governamental, por parte do governo federal, específica para a geração de energia a partir do carvão.

É vergonhoso e lamentável ter que usar a tribuna para tecer críticas dessa natureza, mas é um recurso natural de autonomia própria, de se criar autossuficiência aqui, em nosso chão. E não a fazemos por falta de compromisso, por omissão do governo federal.

E aqui eu falo de todos os governos que não adotaram uma política específica para o setor produtivo, que é o

carvão, gerando energia e sulfato de amônia. Hoje importamos mais de 500 milhões toneladas/ano de sulfato de amônia da Rússia e teríamos esse produto agregado na cadeia produtiva do carvão.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer a defesa de um projeto de minha autoria que tramita nesta Casa. Trata-se do Projeto de Lei n. 0348/2010.

O art. 150 da Constituição Federal, no seu inciso VI, alínea "c", prevê que não se cobra impostos de entidades sindicais, de entidades assistenciais, nem de hospitais filantrópicos. Porém, ainda se cobra o ICMS dessas entidades, apenas por falta de uma lei que proíba a cobrança de impostos estaduais.

O projeto de minha autoria visa isentar do ICMS os hospitais que tanto reclamam das suas contas e das dificuldades que têm para buscar recursos. Imaginem v.exas. o que são 25% da conta telefônica ou 25% da conta de luz, fora os 20% ou os 17% de inúmeros outros produtos que são comprados em nome de hospitais, em nome de entidades assistenciais sobre os quais, por ninguém reclamar ou coisa assim, o estado cobra automaticamente o tributo.

Por isso, através do Projeto de Lei n. 0348/2010, que ainda não foi aprovado, mas está tramitando nesta Casa, vamos agilizar-nos nas comissões para deixá-lo pronto para ser aprovado até o final desta legislatura e, a partir daí, sim, o estado deixar de cobrar ICMS dessas instituições, especialmente os hospitais, os sindicatos de trabalhadores e as entidades assistenciais.

Um segundo detalhe que quero colocar aqui, sr. presidente, também se refere ao ICMS.

Hoje, no intuito de aumentar a inclusão social, especialmente a inclusão dos deficientes físicos, já existe uma lei que permite que eles comprem o seu automóvel especial, que já é isento do IPI, através de lei federal, com isenção total do ICMS, desde que o carro não passe de R\$ 70 mil e tenha características especiais para facilitar o transporte do portador de necessidade especial. É preciso ainda que não haja por parte do requerente uma dívida com a secretaria estadual da Fazenda. Essa lei já existe.

Existem, no mínimo, dois tipos de deficiência. A deficiência parcial é aquela que não impede o portador de dirigir o próprio carro. E quem vai fazer esse julgamento? O Detran. Portanto, quem vai conceder a autorização para determinado cidadão portador de deficiência parcial dirigir um carro especial é o Detran, através de um médico e de uma equipe multidisciplinar.

O outro tipo de deficiência seria a gravíssima, que impede que o portador

possa dirigir. Contudo, ele tem o direito de comprar um carro com isenção de IPI e de ICMS desde que tenha um condutor. O atestado médico ele busca na rede pública e na rede privada, desde que o atestado declare que o cidadão não tem a menor condição de dirigir por ser portador de deficiência física ou mental grave.

Não é difícil obter esse atestado porque depende de um médico, qualquer um, em princípio, pode consegui-lo e o Detran normalmente aceita. O grande problema - e peço a colaboração do Detran e do governo - é que queremos melhorar e aumentar a inclusão social, para facilitar a vida dos que têm deficiência, cuja existência será facilitada com um carro especial, com algum equipamento ou alguma adaptação especial.

Quem determina se o deficiente pode ou não dirigir um veículo não é o médico, é o Detran; não pode o médico determinar! É somente o Detran que fornece essa autorização, porque além de analisar a deficiência do cidadão, tem que analisar também a alteração do veículo.

Qual é a nossa observação? A observação é que o Detran não dispõe de pessoal, de médicos, de técnicos em número suficiente para conceder essa autorização para que o deficiente possa usar o direito de comprar o carro sem ter que pagar IPI e ICMS.

É importante para o portador de deficiência adquirir o carro para ajudar na sua inclusão social e nem precisamos discorrer sobre os benefícios que decorrem da aquisição, pelo portador de deficiência, de um carro que lhe permita locomover-se sozinho. Mas, repito, quem pode fazer fornecer essa autorização é apenas o Detran, porque cada caso é um caso diferente, cada deficiência exige um tipo de alteração. Quando alguém tem uma deficiência visual, por exemplo, vai à ótica, compra os óculos e acabou. O fato de ter uma deficiência visual não gera nenhum direito. A deficiência visual não dá direito a ninguém de comprar um carro especial, mas aquele que não tem uma perna tem o direito, sim, de adquiri-lo.

Entretanto, cabe ao Detran fazer a vistoria, a perícia. O médico do Detran avalia o deficiente e os outros técnicos avaliam o carro. A nossa observação é que precisamos aumentar o número de pessoas qualificadas, médicos e peritos, no Detran para conceder esse direito aos portadores de necessidades especiais.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados Manoel Mota, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Dado Chereim e Jean Kuhlmann. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. O Presidente deu conhecimento do recebimento do Ofício número D-218/2010, da Câmara de Vereadores de Itajaí, encaminhados à Celesc, solicitando informações acerca do faturamento de energia elétrica no Estado. Em seguida, passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0002.3/10; 0134.3/10; 0166.0/10; 0271.0/10; 0282.3/10; 0283.4/10 - com pareceres pela aprovação, por unanimidade e o de número **0256.1/10 - pedido de vistas pelo Deputado Dirceu Dresch**, e os Ofícios nºs 0022.3/10; 0033.6/10; 0064.2/10; 0085.7/10; 0102.2/10; 0131.7/10; 0166.7/10 0200.3/10; 0207.0/10; 0229.5/10; 0236.4/10; 0243.3/10; 0244.4/10; 0247.7/10; 0254.6/10; 0258.0/10; 0266.0/10 0267.0/10; 0268.1/10; 0274.0/10; 0279.4/10; 0284.1/10; 0300.6/10; 0321.0/10; 0346.9/10; 0378.6/10; 0393.5/10; 0412.2/10; 0413.3/10 0439.2/10 0463.2/10; 0488.0/10; 0490.5/10; 0493.8/10, com pareceres pela aprovação, por unanimidade e os Ofícios nºs 0120.4/10; 0197.3/10; 0224.0/10; 0230.9/10, 0270.6/10; 0271.7/10; 0427.9/10; 0464.3/10; 0464.3/10; 0481.4/10; 0485.8/10; 0486.0/10; 0487.0/10; 0498.2/10. Com pareceres pelo DILIGENCIAMENTO, com pareceres pela aprovação, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Manoel Mota

Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1100 LICENÇAS DE SOLUÇÃO PARA PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS, TROJANS,

LOTE Nº 07						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARC A	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	15000	UN	DVD-R GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 8X, 4,7GB, 120 MINUTOS COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	ELGIN	R\$ 1,06	R\$ 15.900,00
2	2000	UN	DVD-RW GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 4X, 4,7GB, 120 MINUTOS COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	ELGIN	R\$ 2,32	R\$ 4.640,00
3	2000	UN	CD-RW GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 700 MB/80 MINUTOS FACE NÃO GRAVÁVEL FOSCA, COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	ELGIN	R\$ 1,72	R\$ 3.440,00
4	20000	UN	CD-R GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 700 MB/80 MINUTOS, COMPATÍVEL COM TODOS OS APARELHOS DE REPRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE DADOS COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	ELGIN	R\$ 0,92	R\$ 18.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 07						R\$ 42.380,00

1ª REGISTRADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC

CEP 88140-000

WORMS, SPYWARES, ADWARES, ROOTKITS E OUTROS - INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE".

DATA: 24/11/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 24 de novembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 11 de novembro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROFONES.

DATA: 25/11/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de novembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 11 de novembro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 155/2010

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 008/2010 oriunda do Pregão Presencial CL nº 035/2010.

OBJETO: Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei n.º10.520/2002, do Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal n.º 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial n.º 035/2010.

Fone/fax: (48) 3245-2245

E-mail: infotriz@terra.com.br

CNPJ/MF n.º 04.586.694/0001-41

2ª REGISTRADA: MULTILASER INDUSTRIAL LTDA.

LOTE Nº 08						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	4000	CAIXA	ETIQUETA BRANCA FORMATO CARTA, DUAS COLUNAS, MEDINDO 33,9 X 101,6 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS CADA, 14 ETIQUETAS POR FOLHA (PIMACO OU SIMILAR)	PIMACO	R\$ 32,57	R\$ 130.280,00
DESCONTO						R\$ (10,00)
VALOR TOTAL DO LOTE 08						R\$ 130.270,00

1ª REGISTRADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA Fone/fax: (48) 3245-2245
 Endereço: Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC E-mail: infotriz@terra.com.br
 CEP 88140-000 CNPJ/MF n.º 04.586.694/0001-41
 2ª REGISTRADA: COMERCIAL ROTCIV LTDA.

LOTE Nº 11						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	300	UN	GARRAFA TÉRMICA SEM PRESSÃO, TAMPAS DE ROSCA, CAPACIDADE DE 1 LITRO	TERMOLAR	R\$ 16,02	R\$ 4.806,00
2	300	UN	GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA, E TAMPAS DE PRESSÃO, SERVE JATO, CAPACIDADE DE 1 LITRO	LUMILAGRO	R\$ 31,64	R\$ 9.492,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11						R\$ 14.298,00

1ª REGISTRADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA Fone/fax: (48) 3245-2245
 Endereço: Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC E-mail: infotriz@terra.com.br
 CEP 88140-000 CNPJ/MF n.º 04.586.694/0001-41
 2ª REGISTRADA: DIAL DEPARTAMENTOS.

LOTE Nº 19						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	500	UN	FITA TIPO DVCAM PDVM-32N, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO	SONY	R\$ 77,50	R\$ 38.750,00
2	300	UN	FITA TIPO DVCAM PDV- 184N ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO	SONY	R\$ 195,13	R\$ 58.539,00
VALOR TOTAL DO LOTE 19						R\$ 97.289,00

1ª REGISTRADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA Fone/fax: (48) 3245-2245
 Endereço: Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC E-mail: infotriz@terra.com.br
 CEP 88140-000 CNPJ/MF n.º 04.586.694/0001-41
 2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO

LOTE Nº 20						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	100	UN	DISPENSER EM AÇO INOX COM TUBO ACRILICO REDONDO PARA COPO PLÁSTICO DE 180 ML, CAPACIDADE 100 COPOS	COB	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
2	100	UN	DISPENSER EM AÇO INOX COM TUBO ACRILICO REDONDO PARA COPO PLÁSTICO DE 50 ML, CAPACIDADE 100 COPOS	COB	R\$ 19,40	R\$ 1.940,00
VALOR TOTAL DO LOTE 20						R\$ 4.656,00

1ª REGISTRADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 014/2010 oriunda do Pregão Presencial CL nº 035/2010.
 Endereço: Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC OBJETO: **Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática.**
 CEP 88140-000 Fone/fax: (48) 3245-2245 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2011).
 E-mail: infotriz@terra.com.br E-mail: licitação@reinkjet.com.br
 CNPJ/MF n.º 04.586.694/0001-41 CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78
 2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei n.º 10.520/2002, do Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal n.º 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial n.º 035/2010.**
 Florianópolis, 03 de novembro de 2010. Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 *** X X X ***

EXTRATO 156/2010

LOTE Nº 12						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PC	20	GRAMPO D2 P/ MAQUINA COPIADORA CANON 105, 0250a002	CANON	159,99	3.199,80
Valor Total do Lote nº 12					R\$ 3.199,80 (três mil cento e noventa e nove reais e oitenta centavos)	

1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA E-mail: licitação@reinkjet.com.br
 Endereço: Rua Uruguaia, nº 147, Blumenau/SC CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78
 CEP 89.050-060 2ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
 Fone/fax: (47) 3323-8686/ (48) 3322-5577

LOTE Nº 17						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PC	200	TONER PRETO GPR-7 PARA COPIADORA CANON IR 105, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO	KATUN	210,00	42.000,00
Valor Total do Lote nº 17					R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)	

1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA E-mail: licitacao@reinkjet.com.br
 Endereço: Rua Uruguaia, nº 147, Blumenau/SC CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78
 CEP 89.050-060 2ª REGISTRADA: DIAL DEPARTAMENTOS
 Fone/fax: (47) 3323-8686/ (48) 3322-5577

LOTE Nº 18						
ITEM	QTD.	UNID.	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Un	30	CARTUCHO DE TONER 3960-A PRETO PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q ORIGINAL DO FABRICANTE NOVO E DE 1º USO	HP	201,96	6.058,80
02	Un	22	CARTUCHO DE TONER 3961-A CIANO PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q ORIGINAL DO FABRICANTE NOVO E DE 1º USO	HP	250,99	5.521,78
03	Un	22	CARTUCHO DE TONER 3962-A AMARELO PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q ORIGINAL DO FABRICANTE NOVO E DE 1º USO	HP	250,99	5.521,78
04	Un	22	CARTUCHO DE TONER 3963-A MAGENTA PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q ORIGINAL DO FABRICANTE NOVO E DE 1º USO	HP	250,99	5.521,78
Valor Total do Lote nº 18				R\$ 22.624,14 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos)		

1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA

Endereço: Rua Uruguaia, nº 147, Blumenau/SC

CEP 89.050-060

Fone/fax: (47) 3323-8686/ (48) 3322-5577

E-mail: licitação@reinkjet.com.br

CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78

2ª REGISTRADA: ESCRIMATE COM. REPR. MAT. INF.LTDA

Florianópolis, 03 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 157/2010

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 016/2010 oriunda do Pregão Presencial CL nº 041/2010.

OBJETO: **Aquisição e instalação de 40 (quarenta) refrigeradores tipo frigobar, com capacidade de 120 litros, tensão 200V.**

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei n.º10.520/2002, do Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal n.º 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial n.º 041/2010.**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	40	un	Refrigerador Tipo Frigobar, na cor branca, Tensão de 220, com capacidade de 120 Litros, Marca Consul ou Similar; Produto ofertado Refrigerador Tipo Frigobar, de 122 Litros, Marca Eletrolux Referência RE120.	Eletrolux RE120	R\$ 791,00	R\$ 31.640,00
Valor Global				R\$ 31.640,00 (trinta e um mil e seiscentos e quarenta reais)		

1ª REGISTRADA: M J G- TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA

Endereço: Rua Barão Rio Branco, nº 602, Sala 01, Centro, Palhoça/SC

CEP 88.130-000

Fone/fax: (48) 3286-6868

E-mail: gerson@infoph.com.br

CNPJ/MF n.º 09.025.311/0001-80

2ª REGISTRADA: SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA

Florianópolis, 03 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 158/2010

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 012/2010 oriunda do Pregão Presencial CL nº 035/2010.

OBJETO: **Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática.**

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei n.º10.520/2002, do Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal n.º 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial n.º 035/2010.**

LOTE Nº 5						
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO OBJETO		MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	03	ROLOS DE MASTER RISOGRAPH RP - S 3550, FORMATO A3. ORIGINAL DO FABRICANTE.		RISOGRAPH	222,66	667,98
02	5	CARTUCHO DE TINTA PRETA PARA MÁQUINA RISOGRAPH Rp-S 3310 ORIGINAL, NOVO E DE PRIMEIRO USO. ORIGINAL DO FABRICANTE.		RISOGRAPH	112,07	560,35
Valor Total do Lote nº 05				R\$ 1.228,33 (Um mil duzentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos).		

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS

CEP 90040-371

Fone/fax: (51) 3230-7205

E-mail: milsul@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA

LOTE Nº 13						
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO OBJETO		MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	15 CAIXAS	GRAMPO PARA MÁQUINA COPIADORA KONICA 7255 UA 9507640. ORIGINAL DO FABRICANTE		KONICA MINOLTA	237,66	3.564,90
Valor Total do Lote nº 13				R\$ 3.564,90 (três mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)		

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS

CEP 90040-371

Fone/fax: (51) 3230-7205

E-mail: milsul@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA

LOTE Nº 15						
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
01	100	TONER TN 401k PARA COPIADORA E IMPRESSORA KONICA 7145, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	331,61	R\$ 33.161,00	
02	40	TONER TN 601K-PC USA 950-564 KONICA 7255, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	318,83	R\$ 12.753,20	
03	20	TONER TN 301K, KONICA 7022, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	365,28	R\$ 7.305,60	
Valor Total do Lote nº 15				R\$ 53.219,80 (cinquenta e três mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos)		

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90040-371

Fone/fax: (51) 3230-7205

E-mail: milsul@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA

LOTE Nº 16						
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
01	5	CILINDRO PARA MÁQUINA FOTOCOPIADORA MODELO KONICA 7022, CÓDIGO 0950253, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	R\$ 740,23	R\$ 3.701,15	
02	5	CILINDRO PARA MÁQUINA FOTOCOPIADORA KONICA MODELO 7255, CÓDIGO 0950566, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	R\$ 1.226,45	R\$ 6.132,25	
03	5	CILINDRO PARA MÁQUINA FOTOCOPIADORA KONICA, MODELO 7145, CÓDIGO 0950253, ORIGINAL DO FABRICANTE, NOVO E DE 1º USO.	KONICA MINOLTA	R\$ 741,40	R\$ 3.707,00	
Valor Total do Lote nº 16				R\$ 13.540,40 (treze mil quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos)		

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS

CEP 90040-371

Fone/fax: (51) 3230-7205

E-mail: milsul@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA

Florianópolis, 03 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 159/2010

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 011/2010 oriunda do Pregão Presencial CL nº 035/2010.

OBJETO: **Aquisição de material de expediente e suprimentos de informática.**

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei n.º10.520/2002, do Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal n.º 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial n.º 035/2010.**

LOTE Nº 06						
ITEM	QTDE	UN	PRODUTO-CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	200	Caixa	Copo plástico descartável, com capacidade para 80 ml, translúcido, conforme as normas estabelecidas da Abnt, caixas 2.500 ou 5.000 unidades massa mínima 0,75g.	Copoza N	R\$ 36,10	R\$ 7.220,00
2	1200	Caixa	Copo plástico descartável, com capacidade para 180 ml, translúcido, massa mínima de 1,98 G, caixa com 2.500 unidades conforme normas Abnt.	Copoza N	R\$ 57,65	R\$ 69.180,00
Valor Total do Lote nº 06				R\$ 76.400,00 (setenta e seis mil e quatrocentos reais)		

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.

Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88117-902

Fone/fax: (48) 3722-3306

E-mail: rodrigo@aquinpel.com.br

CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: WORLD MASTER LTDA.

LOTE Nº 09						
ITEM	QTDE	UN	PRODUTO-CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	600000	Un	Envelope Comercial Branco 75 MG 114 x 162 MM	Faroni	R\$0,04	R\$ 24.000,00
2	600000	Un	Envelope Ofício Branco 75 MG 114 x 229 MM	Faroni	R\$ 0,06	R\$ 36.000,00
3	300000	Un	Envelope Saco pardo kraft ou ouro 360 x 260 MM	Faroni	R\$ 0,08	R\$ 24.000,00
4	300000	Un	Envelope Saco pardo Kraft ou ouro 250 x 170 MM	Faroni	R\$ 0,07	R\$ 21.000,00
Valor Total do Lote nº 09				R\$ 105.000,00		
Desconto				R\$ 10,00		
Valor Total do Lote nº 09				R\$ 104.990,00 (cento e quatro mil e novecentos e noventa reais)		

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.

Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88117-902

Fone/fax: (48) 3722-3306

E-mail: rodrigo@aquinpel.com.br

CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA.

LOTE Nº 10						
ITEM	QTDE	UN	PRODUTO-CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	400000	Folha	Folhas de papel Offset cor branca 120 GM² Formato A4	Bignard	R\$ 0,14	R\$ 56.000,00

2	20000	Folha	Folhas de papel Offset cor branca 120 GM ² Formato A3	Bignard	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
3	20000	Folha	Folhas de papel Offset cor branca 180 GM ² Formato A4	Bignard	R\$ 0,19	R\$ 38.000,00
4	5000	Folha	Folhas de papel Offset, cor branca, 180 GM ² , Formato A3	Bignard	R\$ 0,07	R\$ 350,00
5	10	Pacote	Papel Offset, cor a azul, 180 GM, Formato 66x50. Pacote com 100 folhas.	Bignard	R\$ 41,70	R\$ 417,00
6	30	Pacote	Papel Offset, cor amarelo, 180 GM ² , Formato 66x50. Pacote com 100 folhas	Bignard	R\$ 42,00	R\$ 1.260,00
7	15	Pacote	Papel autocopiativo, cor branca, 56 GM ² , transmissor, Formato 66x96. Pacote com 250 folhas.	Bignard	R\$ 94,00	R\$ 1.410,00
8	5	Pacote	Papel autocopiativo, cor azul, 56 GM ² , transmissor e receptor, Formato 66x96. Pacote com 250 folhas.	Bignard	R\$ 94,00	R\$ 470,00
9	5	Pacote	Papel autocopiativo, cor rosa, 56 GM ² , receptor, Formato 66x96. Pacote com 250 folhas.	Bignard	R\$ 94,00	R\$ 470,00
10	30	Pacote	Papel jornal, pardo, 50 GM ² , Formato 66x96 com 500 FLS.	Irani	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
11	20000	Resma	Resma de papel para máquina fotocopiadora/impressora a laser e jato de tinta Off-set, na cor branca, Formato A4, 210x297 MM, gramatura 75 G/M ² , com 500 folhas.	Report	R\$ 11,95	R\$ 239.000,00
12	100	Resma	Resma de papel formato A4 90G/M ² , 210x297 MM, na cor branca.	Report	R\$ 12,70	R\$ 1.270,00
13	4000	Resma	Resma de papel Formato A3, 75G/M ² , 297x420 MM, na cor branca.	Report	R\$ 19,28	R\$ 77.120,00
Valor Total do Lote nº 10				R\$ 423.067,00 (quatrocentos e vinte três mil reais e sessenta e sete centavos).		

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.

Endereço: Rua Farrouilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88117-902

Fone/fax: (48) 3722-3306

E-mail: rodrigo@aquinpel.com.br

CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56

2ª REGISTRADA: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA.

Florianópolis, 03 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

Deputado Flavio Ragagnin

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Manoel Mota

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Narciso Parisotto

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Renato Hinnig

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Serafim Venzon

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

OFÍCIO

GABINETE DO DEPUTADO KENNEDY NUNES

Of. GKN/140/10

Florianópolis, 10 de novembro de 2010

Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Merisio

Presidente da ALESC

Nesta Assembléia

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico que nesta data criamos a Frente Parlamentar Antidrogas, conforme requerimento em anexo, assinado pelos seguintes Deputados: Kennedy Nunes, Ada Faraco De Luca, Ana Paula de Lima, Odete de Jesus, Gelson Merisio, Antonio Carlos Vieira, Antonio Aguiar, Décio Góes, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Flavio Ragagnin, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Manoel Mota, Moacir Sopelsa, Narciso Parisotto, Nilson Gonçalves, Pedro Baldissera, Renato Hinnig, Rogério Mendonça, Romildo Titon, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Silvio Dreveck e Valmir Comin.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias para publicação e constituição.

Limitado ao exposto, aproveito a oportunidade para reiterar votos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Kennedy Nunes

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/10

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, **REQUER** a constituição de Fórum Parlamentar antidrogas, com o objetivo de indicar as conseqüências do uso das drogas na sociedade, bem como a participação efetiva em crimes e a diminuição da capacidade física e mental do ser humano; sugerir políticas e ações para a diminuição do uso e comercialização das drogas; e buscar formas de prevenção e tratamento, por meio da participação dos segmentos organizados da sociedade e dos governos.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

Deputada Ada Faraco De Luca

Deputada Ana Paula de Lima

Deputada Odete de Jesus

Deputado Gelson Merisio

Deputado Antonio Carlos Vieira

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Décio Góes

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Elizeu Mattos

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1623, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANELIA MARIA MARTINS**, matrícula nº 6244, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de novembro de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1624, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, matrícula nº 6244, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 8 de novembro de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1625, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GISELE COLUSSI CORDEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valdir Cobalchini).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1626, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCELO LOSCHNER**, matrícula nº 5860, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2010 (Gab Dep Serafim Venzon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1627, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IARA MIRANDA CAMPOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1628, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2211/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **RITA DE CASSIA COSTA**, matrícula nº 1483, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 14 de agosto de 2003 e 13 de janeiro de 2009.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1629, de 11 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANETE PRIM MARCHI**, matrícula nº 5946, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2010 (Gab Dep Serafim Venzon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 357/10

Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, que "Institui o Fundosocial destinado a financiar programas de apoio à inclusão social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências."

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....
....."

§3º Os recursos do Fundosocial poderão ser repassados às entidades com fins não econômicos previstas no parágrafo anterior por meio de subvenções sociais, desde que comprovem:

I - ser declarada de utilidade pública estadual; e
II - efetivo e contínuo funcionamento nos doze meses imediatamente anteriores à concessão do recurso, mediante declaração firmada por membro do Ministério Público Estadual da Comarca sede da entidade."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/10

JUSTIFICATIVA

Os meios de comunicação social catarinenses têm noticiado que está ocorrendo malversação dos recursos do Fundosocial por parte de algumas entidades beneficiadas, conforme podemos constatar nas matérias em anexo.

No intuito de coibir esta prática, a presente proposição visa a acrescentar dispositivos à Lei nº 13.334, de 2005, que instituiu o Fundosocial, com o objetivo de estabelecer regimentos a serem observados quando da concessão de recursos do referido Fundo para as entidades privadas, organizações sociais ou não governamentais, com fins não econômicos.

Com esta medida, entendo estar contribuindo para o aperfeiçoamento dos instrumentos legais de controle e transparência na gestão dos recursos do Fundosocial.

Portanto, espero seja acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 358/10

"Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Ecochannel do município de Florianópolis."

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Ecochannel, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 10.601.918/0001-40, fundado em 30 de setembro de 2008, com sede e foro na Rua Revoar das Gaivotas, nº 261 no município de Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88063-265.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sílvio Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/10

Justificativa

Trata-se de um Projeto de Lei que objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Ecochannel, do município de Florianópolis/SC.

Trata-se de uma entidade respeitada no município onde possui sede, que realiza importante trabalho social, filantrópico e cultural de sua região e de abrangência no município. Tem por objetivo promover ações educativas na área ambiental e de saúde, defender a preservação do meio ambiente bem como promover a valorização da cultura local.

Neste sentido, busca a declaração de utilidade pública visando através dos direitos decorrentes, poder viabilizar as suas atividades sociais e filantrópicas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 359/10

Declara de utilidade pública a Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores de Caniço do Rio Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores de Caniço do Rio Araranguá, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/10

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores de Caniço do Rio Araranguá - APPA, com sede e foro na cidade de Araranguá é uma pessoa jurídica de direito privado, constituído por tempo indeterminado e sem fins lucrativos.

Entre as finalidades da APPA estão a congregação de todos os pescadores amadores de caniço do Rio Araranguá, promovendo a união entre os mesmos; a preservação do Rio Araranguá e a conscientização dos pescadores sobre o uso adequado das margens do rio, especialmente no exercício da pesca de caniço da tainha.

Por sua ação integradora e preservacionista a APPA foi reconhecida como de utilidade pública municipal pela Lei 2861/2010.

Para finalizar, cabe destacar que a pesca de tainha com caniço é uma atividade muito peculiar e quase particular do Rio Araranguá, ao menos no que tange sua abrangência e importância cultural, ressaltando ainda, que se trata de uma prática secular.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, nas atividades da referida entidade, que por não ter fins econômicos, necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 360/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1782

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de Motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei que "Institui o Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO e estabelece outras providências".

Florianópolis, 10 de Novembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos nº 030/10Florianópolis, 09 de setembro de 2010
Senhor Governador.

A democratização do acesso ao crédito para a rede de empreendimentos solidários, microempreendedores individuais, associações e cooperativas e outras cadeias produtivas de micro e pequenos empreendedores representa a inclusão produtiva e social de milhares de famílias.

Desse modo, a construção de um paradigma para universalizar o acesso ao crédito, consubstanciado na institucionalização de um programa de microcrédito avançado, requer a presença do Estado e parcerias com órgãos de fomento para apoio aos micro e pequenos empreendedores, capaz de romper com a histórica discriminação aos "pequenos".

Nesta perspectiva, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável em parceria com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Secretaria de Estado da Fazenda, Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina - AMCRED-SC e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, formulou projeto de lei como alternativa econômica e social, capaz de consolidar uma política pública de estado de excelência, culminando na construção do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado, com a adoção de mecanismo de constituição de um Fundo de Aval.

A inexistência de mecanismo legal adequado, impõe ao segmento vulnerabilidade e risco com sérias consequências à economia catarinense, especialmente porque o atual sistema de garantias (aval) impede o acesso ao crédito de milhares de empreendedores.

Nesse sentido, a proposta apresentada tem o objetivo de "projetar, o Estado de Santa Catarina em posição de vanguarda no que

tange ao apoio ao empreendedorismo, a exemplo do que ocorre em outros países, como modelo de desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo.

Atualmente, temos em funcionamento no Estado uma rede estruturada composta por dezenove organizações da sociedade civil de interesse público especializada em microcrédito que administra uma carteira de empréstimos da ordem de R\$ 100 milhões, atuando com o apoio creditício associado à orientação ao tomador, coordenada pela Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina - AMCRED-SC.

A proposta de institucionalização do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado representa a consolidação de um marco legal avançado, com abordagem da questão do empreendedorismo no âmbito dos micro e pequenos negócios de forma completa, inovadora e solidária sob a estrutura de uma rede de micro-finanças, com inúmeros benefícios para as organizações associadas, ao governo estadual, a instituições financiadoras e, conseqüentemente, aos tomadores de microcrédito, como decorrência das economias de escala, padronização de procedimentos, auditoria, governança corporativa e maior representação institucional.

Com o mercado potencial expressivo existente no estado, a institucionalização do programa e a transposição da principal barreira que impede o acesso ao crédito vão ensejar um grande avanço para o programa de Santa Catarina com efeitos multiplicadores, o que representa beneficiar um contingente aproximado de 100 mil famílias num horizonte de vinte quatro meses, considerando que cada microempreendedor emprega pela menos uma pessoa, com um custo de geração/manutenção de emprego extremamente baixo, cujo impacto político, de efetividade social e econômica é inquestionável.

No Brasil, conforme estudo publicado pelo BNDES, a experiência com microcrédito é ainda muito recente, atingindo uma parcela mínima de um universo superior a 15 milhões de pessoas (praticamente um quarto da população economicamente ativa) que vivem subempregadas e engajadas em atividades econômicas informais.

Em Santa Catarina a realidade não é diferente. Com uma população acima de 6 milhões de habitantes, a estimativa é de que existam no Estado, aproximadamente, 600.000 micro e pequenos negócios informais, microempresas e pequenos produtores rurais.

Objetiva-se que o programa funcione como ferramenta de inclusão social e suporte ao nascimento e expansão do empreendedorismo no âmbito dos micro e pequenos empreendimentos no Estado de Santa Catarina, que historicamente deu seus primeiros passos no ano de 1.998 a partir de iniciativas isoladas nos municípios de Blumenau e Lages, e, posteriormente em 1.999 com o apoio do Governo do Estado, por meio da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC.

Com o apoio imprescindível de, entidades da sociedade civil e administrações municipais, o programa catarinense recuperou, em menos de dez anos, o atraso em relação a outras unidades da federação, passando a ocupar uma posição de destaque dentro do país

De acordo com levantamento feito pela AMCRED-SC (realizado em dezembro de 2009) o atual programa de microcrédito de Santa Catarina (em funcionamento sem o embasamento legal necessário), que conta com um conjunto de organizações integrantes, já realizou 278.552 operações, totalizando 710 milhões de reais em empréstimos, com benefícios a 523.201 trabalhadores, culminando na manutenção e geração de empregos diretos, apresentando atualmente cerca de 35 mil clientes ativos, totalizando um saldo de aplicação (carteira ativa) da ordem de 86 milhões de reais.

A proposta de institucionalização do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado parte da necessidade de estabelecimento de um marco legal no Estado que contemple as diversas questões necessárias para o apoio de forma plena ao empreendedorismo de micro e pequeno porte. Esta proposta abrange a questão da disponibilidade do crédito de forma perene, com mecanismos alternativos de garantia para democratizar o acesso ao crédito a tomadores que não possuem garantias para oferecer, bem como orientação aos empreendedores atingidos pelo Programa.

Em conformidade com o marco regulatório proposto à estrutura do Programa vai contar com a presença do Estado representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação: com a participação dos agentes financeiros a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE; além de entidades da sociedade civil organizada, cujas regras de funcionamento devem preconizar uma atuação sob o formato de uma rede de micro-finanças, o que vai proporcionar mais segurança ao conjunto e maior representatividade ao programa.

A expectativa, conforme já mencionado, é de que no prazo de vinte e quatro meses a carteira ativa das instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado no Estado passe dos atuais R\$ 86 milhões para um montante próximo a R\$ 170 milhões, o que vai propiciar benefício direto a aproximadamente 100 mil famílias, mediante emprego e renda, dentro dos parâmetros praticados pelo setor.

A necessidade de institucionalização legal do programa de microcrédito em funcionamento no Estado; juntamente com o seu aprimoramento com a constituição do fundo de aval e uma decorrência da constatação de que temos um dos melhores programas de microcrédito do país sem que este esteja respaldada em legislação específica, a exemplo do que ocorre a nível nacional.

A institucionalização do programa, com os avanços propostos, vai efetivamente representar um novo marco na questão do microcrédito no Estado de Santa Catarina. O impacto social mensurado é de uma magnitude sem precedentes no Estado no que concerne ao acesso ao crédito e ao direito da cidadã catarinense de buscar sua prosperidade por meio do empreendedorismo, sendo que além do resgate da justiça social, a repercussão na âmbito econômico é relevante, pois fomentará um segmento com grande peso na economia estadual.

Respeitosamente,

Paulo Cesar da Costa

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

PROJETO DE LEI Nº 0360.0/2010

Institui o Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelecidas as formas de controle, gestão e financiamento deste Programa.

Art. 2º O Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, tem o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e os empreendimentos de micro e pequeno porte no Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito direcionado às atividades produtivas de empreendedores de micro e pequeno porte, pessoas físicas ou jurídicas, concedido mediante metodologia baseada no relacionamento direto, no local onde é executada a atividade econômica, de acordo com regras definidas por meio de regulamento próprio, instituído por meio de decreto governamental.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de micro e pequeno porte que participarão do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO serão selecionadas em conformidade com as regras a serem definidas em regulamento próprio das Organizações Operadoras de Microcrédito Produtivo Orientado, observando ainda o que dispõe o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e disposições a serem definidas na regulamentação do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO.

Art. 3º Fica criado no âmbito do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO o Fundo de Empréstimo do Microcrédito Orientado - FEMICRO, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, instituído com o objetivo de prover permanentemente recursos financeiros para lastrear operações de crédito no âmbito do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO.

Art. 4º Constituirão recursos do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO destinados ao Fundo de Empréstimo do Microcrédito Produtivo Orientado - FEMICRO:

I - os montantes que forem alocados anualmente no Orçamento Geral do Estado e aqueles com origem em suplementações orçamentárias;

II - os resultados de repasses de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, a título de contribuição, subvenção, doação ou outras formas de transferências não reembolsáveis;

III - os montantes decorrentes do pagamento, pelo tomador dos recursos, dos financiamentos concedidos pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC dentro do Programa de Microcrédito de Santa Catarina, do Programa Crédito de Confiança e de outros programas que venham a ser destinados ao atendimento do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO;

IV - doações de pessoas físicas e jurídicas;

V - recursos próprios da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC; e

VI - outros recursos definidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO contará com uma estrutura organizacional composta por um Conselho Gestor, pelo Órgão Gestor do Fundo de Aval para Tomadores de Microcrédito - FUNDOMICRO, pelos agentes financeiros e instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado para atuação no Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Conselho Gestor, cujas atribuições e normas de funcionamento serão objeto de regulamentação específica a ser instituída por decreto, será composto por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

I - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que presidirá o Conselho;

II - Secretaria de Estado da Fazenda;

III - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC;

V - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;

VI - Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina - AMCRED-SC; e

VII - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, são agentes financeiros do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e outros agentes financeiros repassadores de recursos para microcrédito produtivo orientado, mediante credenciamento aprovado pelo Conselho Gestor.

§ 3º Para efeito de credenciamento no Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO, conforme estabelece o art. 2º em seus §§ 1º e 2º, são instituições operadoras de microcrédito orientado:

I - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;

II - Cooperativas Singulares de Crédito; e

III - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte - SCMEPP.

§ 4º Para atuar diretamente no Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO, as instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado de que trata o parágrafo anterior deverão ter estrutura própria para o desenvolvimento desta atividade e ter seu credenciamento aprovado pelo Conselho Gestor do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO.

Art. 6º O Poder Executivo instituirá no âmbito do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO o Fundo de Aval para Tomadores de Microcrédito - FUNDOMICRO para democratização do acesso ao crédito, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, devendo seu funcionamento administrativo e operacional, bem como seu regulamento, ser definido por decreto.

Art. 7º O Fundo de Aval para Tomadores de Microcrédito - FUNDOMICRO tem a finalidade de garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições credenciadas a operar dentro do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO, de acordo com as condições a serem definidas em regulamento, especificamente para fins deste Fundo.

Art. 8º Constituirão recursos do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO destinados ao Fundo de Aval para Tomadores de Microcrédito - FUNDOMICRO:

I - os recursos do Fundo Garantidor previsto na Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003, que criou o FUNDO PRO-EMPREGO conforme estabelece o art. 1º, inciso VI, art. 4º, inciso II e art. 5º;

II - os resultados de repasses de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, a título de contribuição, subvenção, doação ou outras formas de transferências não reembolsáveis;

III - os recursos aportados pelas entidades operadoras de microcrédito orientado, governos federal, estadual, municipais e entidades apoiadoras públicas ou privadas para formação do fundo garantidor;

IV - a receita proveniente da cobrança de taxa pela concessão de aval;

V - as receitas de aplicações financeiras das disponibilidades;

VI - os recursos provenientes da recuperação do crédito de operações honradas com recursos do próprio Fundo;

VII - recursos referentes a devoluções pelas entidades operadoras de microcrédito orientado de avais honrados;

VIII - recursos próprios da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC; e

IX - outros recursos definidos em ato do Poder Executivo que possam ser incorporados ao patrimônio do Fundo.

Art. 9º A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres que objetivem a cooperação técnico-científica com órgãos do setor público e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado - PCMPO.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***